

# Espaços e Paisagens

*Antiguidade Clássica  
e Heranças Contemporâneas*

**Vol. III**

**Francisco Oliveira, Jorge Oliveira  
e Manuel Patrício**

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

# A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NUMA SOCIEDADE PROTO-HISTÓRICA A ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA<sup>1</sup>

Luís Luís

*Parque Arqueológico do Vale do Côa*

## **Abstract**

We shall analyse the Iron Age Côa Valley rock art based on a social construction of spatial approach. We base our assumptions on its geography and on an iconographic analysis, confronted with classic sources and Celtic mythology.

**Keywords:** iconography, iconology, Iron Age, landscape, rock art.

**Palavras-chave:** arte rupestre, iconografia, iconologia, Idade do Ferro, paisagem.

## **1. Arte na Paisagem**

Entendemos a paisagem como a percepção do espaço geográfico e dos territórios humanos, uma construção mental, individual ou colectiva (Mangado 2006 82). Ela é um ordenamento cognitivo ou simbólico do espaço, um testemunho das vidas e trabalhos de gerações passadas, que a habitaram, deixando aí qualquer coisa delas (Ingold 2000). O espaço é assim socialmente construído (Tilley 1994 10), envolvendo uma dimensão subjectiva, não podendo ser compreendido desligado das vidas e sentidos que lhe são atribuídos pelos actores sociais.

A paisagem materializa-se em tinta numa tela, escrita no papel, em terra, pedra, água ou vegetação no solo (Daniels e Cosgrove 1988 1). Nas sociedades sem escrita teremos de nos socorrer das escritas contemporâneas ou dos vestígios materiais. De entre estes, interessa-nos aqui a arte rupestre. A representação iconográfica pode ser uma das principais vias de acesso ao conhecimento das concepções das diferentes sociedades sobre o espaço.

Não tratamos aqui necessariamente de uma representação artística da paisagem, mas antes de uma paisagem definida pela arte. Não se trata de arte paisagística, mas de *Land art*, no sentido do movimento artístico do século XX, que consiste numa intervenção sobre a paisagem. O espaço físico é o meio da criação. Não é o contentor da obra de arte, mas é antes definido por esta.

A arte rupestre relaciona-se com esta perspectiva e tem assim um valor único para a compreensão das concepções do espaço dos diferentes povos.

---

<sup>1</sup> Por limitações de espaço, o presente texto é uma versão abreviada de um texto originalmente mais desenvolvido em L. Luís (2009), “Per petras et per signos”: A arte rupestre do Vale do Côa enquanto construtora do espaço na Proto-história. In: Sanabria Marcos, P.J., ed., *Lusitanos y vettones: Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa - Alto Alentejo - Cáceres*, Cáceres, Junta de Extremadura; Museo de Cáceres (Memorias; 9) 213-240.

Pela sua própria natureza, ela expressa a intervenção directa de uma sociedade sobre o natural, humanizando-o e ordenando-o, conferindo-lhe sentido pela iconografia que apresenta.

Tal como na actual *Land Art*, a relação inextricável entre o símbolo e o suporte confere à arte rupestre um papel inigualável na compreensão do espaço.

Em 1991 foram identificadas as primeiras gravuras rupestres do Vale do Côa (fig. 1). Para além da arte paleolítica ao ar livre, que justificou a sua classificação como Património da Humanidade, rapidamente foi compreendido que a arte do Côa apresentava uma tradição de 25.000 anos, até ao presente. Essa longa tradição artística tem os seus grandes momentos na Pré-história Recente, na Idade do Ferro e dos séculos XVII à década de 1960.

Os primeiros motivos da Idade do Ferro da região foram identificados em 1982, no contexto da construção da barragem do Pocinho, no Vale da Casa (Baptista 1983 e 1983-84). Depois de sumariamente estudado, este conjunto, que se situava na margem esquerda do Douro, poucos quilómetros a jusante da foz do Côa, foi submergido pela albufeira.

Nos anos 90, já no contexto da descoberta da arte paleolítica do Vale do Côa, iniciou-se a inventariação da maioria dos motivos rupestres sidéricos na região. Em 1996 desenvolveu-se o projecto “Etched in Time”, que visava o estudo do núcleo da Vermelhosa, mas os resultados conhecidos limitam-se à publicação, de forma insuficiente, de duas rochas (Fossatti 1996, Abreu et alii 2000). O Centro Nacional de Arte Rupestre tem publicado alguns motivos, de forma não sistemática (Baptista 1998 e 1999, Baptista e Gomes 1998, Baptista e Reis 2008). Apesar disso, esta equipa tem vindo a realizar um trabalho de prospecção (Baptista e Reis 2008) e levantamento de algumas rochas e motivos sidéricos, que aguarda publicação.

Os motivos da Idade do Ferro constituem hoje o segundo mais importante momento artístico do vale, figurando em cerca de 300 rochas ao longo do vale (Mário Reis, por comunicação pessoal).

Já noutro local analisámos a distribuição da arte sidérica do Côa e as suas características gerais (Luís, no prelo), que aqui resumimos.

A unidade geográfica que denominamos por Vale do Côa situa-se no limite ocidental da grande unidade geomorfológica que é a Meseta ibérica (Ferreira 1978 8) (ver fig. 1). Esta grande superfície de aplanamento cede lugar aos planaltos centrais e à faixa litoral nas imediações do Côa e da falha Longroiva/Vilariça. Se, a Norte, a Meseta continua um pouco mais para Ocidente, até ao Sabor, a Sul do Douro o rio Côa, fortemente encaixado a jusante de Cidadelhe, funciona como uma fronteira natural com escassos pontos de passagem (Cordeiro e Rebelo 1996 13).

Consideramos pois que o curso final do rio Côa serve de fronteira natural, dividindo duas grandes unidades geomorfológicas (Luís, no prelo). A presença de arte rupestre neste espaço não será alheia a esse facto.

Ampliando a área de análise, verificamos que as cerca de 300 rochas conhecidas se agrupam em mais de duas dezenas de núcleos ao longo dos

últimos 10 quilómetros do rio Côa, mas sobretudo na zona da confluência deste com o Douro (fig. 2).

Esta vinculação à água reforça-se ao nível da implantação topográfica, que se expressa segundo três tipos distintos: 1) encostas de grande pendente, voltadas para os rios Côa e Douro, desde o planalto até ao nível actual do rio; 2) cursos de água temporários, mais ou menos cavados, que levam as águas da chuva desde o planalto até aos rios, localmente chamados de canadas ou canados; 3) zonas ribeirinhas dos rios. Deste último tipo, temos hoje apenas conhecimento do terraço fluvial Vale da Casa, identificado ainda antes da construção da barragem do Pocinho.

Ao nível do suporte, com a excepção do Vale da Casa, todas as gravuras do Vale do Côa se inscrevem nos típicos painéis verticais, formados pelas diáclases do xisto, sobretudo da formação de Desejosa, mas também de Pinhão, inseridas no Super Grupo Douro-Beiras. No Vale da Casa, o substrato é idêntico, mas, neste terraço fluvial, a acção das águas erosiva das águas criou painéis horizontais.

A técnica de gravação dos motivos sidéricos do Vale do Côa e do Douro consiste quase exclusivamente na incisão fina, pouco profunda. Notamos algumas variantes, como a incisão reiterada um pouco mais profunda na cena das aves da rocha 3 da Vermelhosa, e a abrasão, com perfil em V, na falcata da rocha 6 do Vale da Casa (Baptista 1983 59).

## 2. Iconografia

Das cerca de 300 rochas já identificadas com arte rupestre de cronologia sidérica no Vale do Côa e Douro, conhecemos o desenho de apenas oito rochas completas e um conjunto de desenhos e fotografias de motivos soltos de seis outras rochas (Abreu et alii 2000, Baptista 1983, 1983-84 e 1999, Baptista e Gomes 1998, Carvalho, Zilhão e Aubry 1996)

A figura do guerreiro é um dos motivos fundamentais desta arte, cujo exemplo maior é o da rocha 1 da Vermelhosa. Estes podem surgir a pé ou a cavalo, brandindo lança e *caetra*. Um determinado número destas figuras são definidas por um ornitocéfalismo (fig. 3). Esta característica apresenta relevantes paralelos com os diademas de Mones (Piloña, Astúrias), que foram interpretados como a expressão simbólica das crenças sobre o acesso ao Além, que se processa através do elemento aquático (Marco Simón 1994).

Também aí as figuras humanas, cavaleiros, infantes e outros, são representadas com cabeça de ave. Esta sua característica foi interpretada a partir de ideias de metamorfose na mitologia céltica, que nos conta que os guerreiros mortos se transformavam em pássaros no Além (idem: 340).

Esta característica ornitocéfala surge também num vaso de Numância (Quesada Sanz 1997 960, fig. 64), em El Monastil, num cavaleiro armado de lança (Poveda Navarro e Uroz Rodríguez 2007 127, fig. 4), ou num

vaso de San Miguel de Lliria, onde surge no contexto de uma complexa cena aquática (Quesada Sanz 1997 944, fig. 2).

Na rocha 3 da Vermelhosa surge a representação de uma figura com cabeça de pássaro que apresenta aquilo que à primeira vista poderia ser interpretado como um capacete de cornos (Abreu et alii 2000: fig. 2) (fig. 4). Contudo, a observação de uma segunda figura, um pouco acima, neste mesmo painel, leva-nos a recusar esta interpretação. Esta segunda figura, que curiosamente não surge representada no único levantamento integral desta rocha publicado (idem: fig. 1), existe de facto e apresenta os braços levantados segurando as linhas em S que lhe saem da cabeça. A posição dos braços esclarece-nos que não estamos perante uma personagem com chifres, mas antes uma personagem que transporta um vaso ou caldeiro à cabeça.

Tratar-se-á de uma alusão ao “caldeirão da ressurreição”, tal como surge representado no diadema de Mones, aí de maiores dimensões e transportados pela mão. Estes objectos, cujo mais famoso exemplar é o caldeirão de Gundestrup, são contentores através dos quais se alcançaria a imortalidade e se faria reviver os guerreiros mortos em combate, como o exemplifica a mitologia galesa do *Mabinogion* (Marco Simón 1994: 338-339).

Igualmente ornitocéfálicas são as figuras envolvidas numa cena de coito posterior na rocha 3 de Vale de Cabrões. Uma delas, exibindo o seu falo erecto, penetra outra figura idêntica de braços abertos.

Em termos de armamento (fig. 5), predominam as lanças, com nervura central, providas, por vezes, do respectivo conto. Esta seria a arma por excelência dos povos pré-romanos (Quesada Sanz 1997).

A rocha 10 do Vale da Casa apresenta quatro falcatas, surgindo uma outra, aparentemente embainhada, na rocha 6 do mesmo núcleo, e mais sete na Foz do Côa (Baptista e Reis 2008). Esta arma tipicamente ibérica, que surge na costa mediterrânica peninsular entre finais do século V, inícios do IV a.C., terá chegado ao interior da península mais tardiamente, perdurando até às guerras sertorianas (Quesada Sanz 1997 80-83).

Por entre as sobreposições da rocha 10 surge ainda a gravura de uma espada e quatro punhais biglobulares em duas rochas da Foz do Côa (Baptista e Reis 2008).

O armamento defensivo mais comum é a *caetra* com umbo central, representada geralmente de perfil. As linhas em zig-zague na zona dos gémeos de um dos lutadores da rocha 3 da Vermelhosa podem ser interpretadas como representações de cnémides de couro.

A figuração de capacetes é mais duvidosa, sendo de descartar a interpretação das cabeças em forma de pássaro como elmos ou máscaras (Baptista 1999 146, 167 e 173). Como atrás vimos, julgamos estar perante uma transformação física do guerreiro, que toma esta forma.

A cena de duelo da rocha 3 da Vermelhosa é exemplar relativamente à panóplia registada nas rochas do Côa (fig. 6). Já noutro local (Luís, no prelo) confrontámos esta cena com a passagem de Estrabão (*Geografia*, 3.3.6) relativa ao armamento dos lusitanos. Trata-se de uma descrição quase literal

desta representação, com referências aos vários dardos ou lanças de cada guerreiro, ao pequeno escudo circular, à couraça de linho e às protecções para as pernas. Apenas as referências ao punhal e aos capacetes ficam sob dúvida. Não queremos com isto atribuir directamente esta representação a uma etnia específica, uma vez que esta temática surge repetidamente na iconografia dos povos peninsulares pré-romanos.

Exemplo disso são as cenas de duelo presentes num vaso de Numância (Sopeña 2005 375), no cabo de punhal de Las Ruedas (Marco Simón 2005 327) e no fecho de cinturão de La Osera (Álvarez-Sanchís 2004 310) ou na estela de Tona (Osona) (Sanmartí i Grego 2008 fig. 10).

A temática da monomaquia tem larga tradição literária. Ela pode ser entendida de duas formas distintas, mas complementares. Em primeiro lugar, o duelo é uma forma de evitar o combate generalizado entre dois exércitos. Recordemos a tentativa frustrada de evitar a guerra de Tróia, resolvendo-se a disputa por Helena através de um combate singular entre Páris e Menelau, por intermediação de Aquiles (*Iliada*, 3.86-94). Apiano (*História de Roma*, 6.53) relata-nos uma situação semelhante durante o cerco de *Intercatia*.

Os combates por ocasião dos funerais do pai e tio de Públio Cornélio Cipião, o Africano (Tito Lívio, *Ab Vrbe Condita*, 28.21) aliam esta noção de resolução de conflitos com a homenagem aos chefes mortos. Neles participaram homens livres, de forma gratuita, nomeadamente representantes dos príncipes aliados, guerreiros para honrar os seus generais mortos, outros por desejo de vitória e ainda outros para resolver conflitos que não conseguiam resolver de outra forma.

Também o funeral de Viriato foi marcado por combates junto ao seu túmulo (Apiano, *História de Roma*, 6.75).

Esta prática ilustra a aceitação da morte pelo guerreiro, a mais profunda e exigente das responsabilidades humanas (Olmos 1996 174). Os guerreiros combatem olhando-se e oferecem a sua morte, enobrecendo-se assim. Trata-se de um acto típico dos *aristoi*. Os melhores trocam a prolongação de uma vida confortável, mas efémera, pela fama duradoura na memória dos mortais. Por outro lado, ela afirma que a fidelidade do guerreiro face ao chefe ultrapassa as fronteiras entre a vida e a morte (*idem*).

Esta relação entre a cena da rocha 3 da Vermelha e a morte reforça-se ainda pelo facto de ambos os combatentes se apresentarem despidos. Este facto, que ocorre igualmente nos diademas de Mones, foi relacionado com a nudez ritual com que os guerreiros celtas se apresentariam na batalha, garantindo-lhes uma protecção sobrenatural. Eles mostrariam assim a sua falta de medo perante a morte, que era entendida apenas como o meio caminho de uma longa vida (Marco Simón 1994 331 e nota 46).

As figuras zoomórficas parecem dominar em termos de motivos, nomeadamente na Foz do Côa (Baptista e Reis 2008). No entanto, o bestiário

é reduzido, sendo o cavalo a figura dominante, seguida pelos canídeos e cervídeos.

As montadas não apresentam sela ou estribos, reduzindo-se o seu equipamento aos arreios. O cavalo surge aqui associado às técnicas da guerra, mas também como elemento de prestígio. Exemplo maior disso é o facto de o guerreiro maior da cena de combate da rocha 3 da Vermelhosa ter amarrado a si um cavalo.

Existe uma relação directa entre a representação de cavaleiros armados e a heroificação de guerreiros mortos, aludindo à última viagem destes. Essa relação deverá ter origem na I Idade do Ferro, como mostra a estela de Benaciate (Silves), que apresenta um cavaleiro segurando as rédeas, gravado em relevo (Gomes 1990 83-5). Estes exemplos de cavaleiros heroificados continuam até ao século I a.C. por toda a Península, desde a pintura e escultura ibéricas, às estelas de Baixo Aragão e Catalunha e ao diadema de Mones.

Os cervídeos são o segundo conjunto de animais representados (fig. 7). O veado surge relacionado com a actividade aristocrática da caça, mas também como símbolo do mundo inferior, nomeadamente como atributo do deus céltico Cernunnos, que surge representado com armações de veado.

Em termos de representações zoomórficas seguem-se os canídeos. Também este animal tem uma dupla significação. Ele é elemento de prestígio, que o auxilia na caça e guarda a casa do senhor. Lembremo-nos da fidelidade de Argos, enquanto esperava o regresso do seu dono a Ítaca, sendo o primeiro a identificá-lo. Por outro lado, o cão tem igualmente um conotação com a morte, nomeadamente na tradição clássica, como é o caso de Cérbero. Exemplos há em que os cães acompanhavam mesmo os seus donos na morte, onde os continuavam a servir, como a incineração de Pátroclo e dos seus cães (*Iliada*, 23.173-174) (idem: 80).

Um bom exemplo da relação entre cavalos, cervídeos e canídeos está expressa na cena da rocha 23 do Vale da Casa. Aí, um cavaleiro, armado de lança e auxiliado por cães, um deles apresentando uma espécie de açaimo ou coleira, persegue um grupo de veados, dominado por um macho de hastes exuberantes. Apesar desta cena diferir no pormenor do relato de Xenofonte no *Cynegeticus* (9), ela retrata uma mesma realidade. A actividade da caça é “um sinal de fertilidade, de viagem e de combate, substituindo, em termos estratégicos e psicológicos, a principal ocupação das elites (*sic*) militares, a guerra, conferindo-lhes estatuto e prestígio social” (ibid.: 80).

Esta actividade cinegética tem também uma conotação funerária (ibid.: 79), nomeadamente a caça ao veado, pela sua relação com Cernunnos, o deus com hastes de cervídeo. Recordemos uma passagem da mitologia galesa do *Mabinogion*, onde Pwyll, depois de inadvertidamente ter reclamado um veado abatido pelos cães de Arawn, o rei do Outro Mundo, foi obrigado a trocar



identidade com Arawn, tornando-se rei de Annwn durante um ano (Parker 2003).

Esta cena da rocha 23 é explicitada por uma inscrição pré-latina, que não foi até ao momento estudada com detalhe.

Na rocha 3 da Vermelhosa, sob a monomaquia, surgem representadas duas aves que debicam um peixe (fig. 8).

Uma vez mais esta cena apresenta grandes semelhanças com algumas figuras dos diademas de Mones. Aí, por entre as figuras humanas, surgem grandes peixes, interpretados como salmões, e pequenas aves aquáticas com pequenos peixes no bico. Francisco Marco Simón (1994 335) interpreta as aves aquáticas com o peixe no bico como símbolos ascensionais. O peixe é visto como um símbolo primordial, sendo-lhe por vezes atribuída uma significação psicopompa análoga ao golfinho no mundo greco-romano. Entre os povos indo-europeus, o peixe é um símbolo da água, da fecundidade e da sabedoria. Atravessando os rios, distribui a chuva e controla a fecundidade. Já os salmões são depositários da sabedoria no Além. Eles são uma das formas em que se metamorfoseavam os deuses, expressando o espírito dos cursos de água (idem: 341).

No entanto, as aves da rocha 3 da Vermelhosa não se assemelham a aves aquáticas mas a necrófagas, como o abutre ou o grifo. Elas apresentam uma semelhança formal com as aves da estela de El Palao (Alcañiz, Teruel), onde podemos observar um cavaleiro brandindo lança e *caetra* junto a uma figura humana jacente, cercada por três aves semelhantes às que analisamos e um canídeo deitado (Sopeña 2005 383). Esta cena sugere aliás uma outra muito semelhante representada na rocha 153 da Foz do Côa (Reis e Baptista 2008).

Também a estela de Binéfar (Huesca) oferece uma representação semelhante, com a diferença de, em vez de um guerreiro prostrado, figurarem partes de corpos mutilados, junto de uma ave (Sanmartí i Grego 2007 246-7). Na estela de Zurita vemos dois guerreiros a pé, armados com escudo e lança, junto a um cavalo, enquanto sob os pés dos guerreiros surgem uma outra figura humana e uma ave.

Para além das estelas, podemos relacionar este tema com a pintura vascular. Exemplo disso são também dois vasos numantinos idênticos, onde figura uma ave debicando um guerreiro deitado (Quesada Sanz 1997 960, n.º 65 e 66, Sopeña 2005 381), ou o vaso de Puntal dels Llops (Valência), onde, sob dois duelistas, surge um abutre (idem: 95, fig. 29, Aranegui Gascó 2007, fig. 13).

Apesar de não ser consensual (Alfayé Villa 2004), tem-se relacionado a representação destas aves com três passagens clássicas. Sílio Itálico (*Punica*, 13.470-471) diz-nos que, entre os iberos, os corpos eram devorados por um abutre sinistro. No mesmo sentido é interpretada a passagem de Cláudio Eliano (*De Natura Animalium*, 10.22), que precisa que este costume se destinava, entre os Vaceus, aos guerreiros valorosos que morriam em combate. Pausânias (10.22.3) relata-nos que em 279 a.C., aquando da sua incursão sobre Delfos, os gauleses fizeram o mesmo com os seus mortos, abandonando-os no campo



de batalha às aves necrófagas. A exposição dos corpos dos caídos em combate parece pois ter sido uma prática entre os povos celtas (Sopeña 2004).

No caso do Côa, julgamos poder interpretar a cena das aves e do peixe neste sentido. Esta cena faz a ligação entre o peixe, habitante dos rios e conhecedor do Além, com os abutres que transportam os mortos até lá. Ela parece ligar as figuras de Mones com as restantes representações de necrofagia comuns na Península Ibérica, num sobrecarregar a cena de indícios de um sentido, procurando explicitá-la, como observamos aliás nas monomaquias de Puntal dels Llops e da estela de Tona (Sanmartí i Grego 2007, fig. 10), que são acompanhadas, num registo inferior, por um abutre e por um canídeo, respectivamente.

Finalmente, surgem os motivos serpentiformes, como na rocha 139 da Foz do Côa, onde são figurados dois traços interpretados como duas “orelhas” ou a duplicação do “corno” da víbora-cornuda (Baptista e Reis 2008). A serpente cornuda está precisamente relacionada com o deus Cernunnos e surge representada com ele no caldeirão de Gundestrup, juntamente com a árvore (Marco Simón 1994 339). Também o falo do duelista da rocha 3 da Vermelha apresenta uma glande em forma de cabeça de serpente e na sua ponta duas linhas que sugerem uma língua bífida ou uns cornos.

### 3. Iconologia

A arte sidérica do Vale do Côa é a expressão das crenças dos seus autores. Uma vez descodificada, ela permitir-nos-á entrever as concepções do espaço e do Mundo que estas sociedades desenvolveram. Do exposto, julgamos perceber uma mensagem, apesar do carácter fragmentário e diminuto do nosso conhecimento desta arte.

A mensagem fala-nos de um caminho, de uma viagem: uma catábase. A catábase é a descida do herói aos infernos, como Hércules no seu décimo segundo trabalho, Orfeu em busca de Eurídice, Ulisses para consultar Tiresias ou Eneias para pedir conselho a seu pai.

No caso da iconografia do Côa, como noutras, as imagens assinalam o ponto de separação e o espaço de encontro entre mortos e vivos (Olmos 1996).

Nesta última viagem, os guerreiros transformam-se em pássaros.

O caminho de acesso é através das águas. Neste sentido, o contexto imediato da arte do Baixo Côa e Douro não podia ser mais esclarecedor: é em volta dos cursos de água perene e sazonal que se distribuem os painéis gravados (fig. 9). O rio conduz assim, não apenas até à costa, mas até ao Outro Mundo, o que nos recorda a sugestiva geografia infernal da Odisseia (9.508-515), que a localiza junto a uma rocha na confluência dos “rios retumbantes”.

Num contexto mais próximo, citemos o fim da expedição conjunta entre Túrdulos e Célticos após a travessia do rio *Limes*, também chamado Letes (Estrabão, *Geografia*, 3.3.5). O primeiro romano a atravessá-lo será Décimo

Júnio Bruto (Apiano, 6.72), apesar das dificuldades em convencer as suas tropas na travessia do rio do Olvido (Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, 55).

Os veículos que o aristocrata usa para aceder ao Outro Mundo são sobretudo o cavalo e o carro. Trata-se de veículos que ao mesmo tempo transportam e heroificam (Olmos 1996 172). O caminho heroificador levado a cabo pelo cavaleiro implica um esforço, uma vontade, o controlo do homem sobre o seu destino (idem: 173).

Nesse caminho, ele é auxiliado por um conjunto de animais, os psicopompos. Desde logo o cavalo, mas também as aves, que juntamente com o lobo transportam o morto nas suas entranhas (ibid.: 172). Em ambientes costeiros, o golfinho, amigo do homem, acompanha-o na última viagem marinha; no interior, o peixe, nomeadamente o salmão, que sazonalmente sobe os rios, parece ocupar um lugar idêntico (ibid: 172).

Muito mais do que aceder ao mundo dos mortos, o objectivo último desta viagem é a heroificação, a glorificação das elites guerreiras, e com ela a manutenção da ordem social para além da morte do indivíduo. A uma determinada base económica e política corresponde uma super-estrutura ideológica expressa por símbolos. Existe pois uma “política da paisagem” (título de obra James Turner *apud* Daniels e Cosgrove 1988 7), que pode ser expressa na sua representação e construção.

A propósito do livro XI da Odisseia, Jung diz-nos que “a Nekyia não é uma queda no abismo puramente destrutiva e sem objectivo, mas uma significativa *katabasis eis antron*, uma descida até à gruta da iniciação e do conhecimento secreto” (1966 § 213).

Só o príncipe tem o privilégio de antever a sua própria morte e de, como memória, a relatar aos demais. Só os heróis puderam contemplar em vida o espaço e os caminhos da morte (Olmos 1996 169-170), tomando caminhos que exigem conhecimento prévio e intimidade com os deuses.

No caso do Côa, ao inscrever-se na pedra, buscando a eternidade, este sentido é atribuído ao natural. Ele é conferido à paisagem e passa a ser a ordem natural das coisas. Interpretamos assim a arte rupestre sidérica do Vale do Côa como um mecanismo de reprodução social. Ele não se inscreve apenas no espaço, mas define-o e confere-lhe sentido.

Esta construção da paisagem serviu pois para definir e manter uma determinada ordem social, uma determinada ideologia aristocrática de poder. É nesse sentido que interpretamos as duas representações de natureza sexual do Vale do Côa. O entumescimento do *bulbus glandis* dos canídeos do Vale de José Esteves impede a inseminação por outro membro da matilha que não o macho alfa. De igual modo, a cena de coito posterior da rocha 3 do Vale de Cabrões, entre duas figuras com bico de pássaro, sugere a endogamia entre estes seres, sejam eles de género distinto, ou – até mais esclarecedoramente – se forem do mesmo.

Estamos ainda numa fase muito incipiente da compreensão da arte rupestre da Idade do Ferro do Vale do Côa, por insuficiente documentação e reflexão.

No entanto, a sua indiscutível riqueza parece desde já apontar caminhos para uma interpretação.

O que aqui quisemos trazer foi o esboço de um desses caminhos, a partir da noção de construção social do espaço. Para esta interpretação concorrem o contexto físico da arte e o sentido da sua mensagem.

Como expusemos mais demoradamente noutro local (Luís, no prelo), consideramos estar perante um território de fronteira. Essa definição paisagística surge materializada através da arte rupestre, enquanto espaço socialmente construído, que ganha sentido através da sua relação com o espaço físico onde se insere.

Nesse texto definimos três níveis de fronteira: a delimitação entre o povoado e o resto do território; entre diferentes *populi* ou etnias; e finalmente, entre vivos e mortos. Tratar-se-ia assim de uma fronteira polissémica.

Uma das questões em aberto continua a ser a cronologia da sociedade que assim construiu o seu espaço. Se podemos radicar a temática da heroização guerreira nas estelas do Bronze final, ela encontra-se igualmente comprovada durante a I Idade do Ferro, nomeadamente através das duas estelas alentejanas referidas acima — Benaciate e Abóbada I (Gomes 1990 67-85). No entanto, a cronologia apontada para alguns dos paralelos aqui trazidos indicia já momentos mais tardios, entre os séculos III-II e I a.C., ou já mesmo d.C., nomeadamente os diademas de Mones (Marco Simón 2006 332), a cerâmica de Monastil (Poveda Navarro e Uroz Rodríguez 2007 126), e Llúria (Aranegui Gascó 2007 173) e as estelas do Baixo Aragão e Catalunha, que podem ir desde o século VI à época Republicana (Sanmartí i Grego 2007).

Até ao momento, apenas conseguimos ter um vislumbre de uma ideologia, de uma ordem social, mas, ao não conseguirmos encontrar arqueologicamente os subordinados dessa ordem, aqueles cuja voz não ficou registada nas rochas do Vale do Côa, estamos a contribuir para a sua manutenção e perpetuação. Interessa pois sair da paisagem e aceder ao território e a todos os seus actores.

## Anexos



Fig. 1. Localização do Vale do Côa na Península Ibérica  
(No mapa surgem indicados os sítios referidos ao longo do texto)

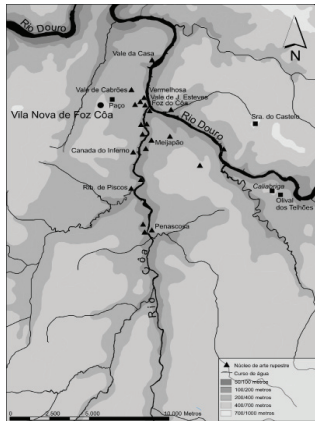


Fig.2. Distribuição da arte rupestre sidérica do Vale do Côa  
(No mapa surgem indicados os sítios referidos ao longo do texto)



Fig.3. Pormenor da cabeça do grande guerreiro da rocha 3 da Vermelhosa  
(linhas da figura realçadas a branco)



Fig.4. Figura com cabeça de pássaro transportando vaso na cabeça na rocha 3 da Vermelhosa  
(linhas da figura realçadas a branco)

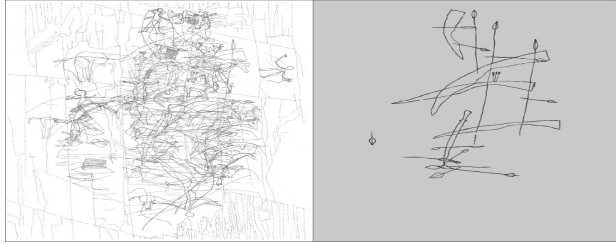


Fig.5. Rocha 10 do Vale da Casa (Baptista 1999 175)  
com as armas do painel individualizadas à esquerda

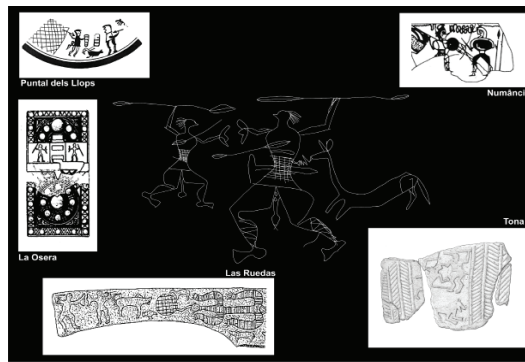


Fig.6. Monomaquia da rocha 3 da Vermelhosa, comparada com outros motivos peninsulares  
(contém elementos de Baptista 1999 167, Sopena 2005 375, Marco Simón 2005 327,  
Álvarez-Sanchís 2004 310 e Sanmartí i Grego 2008, fig. 10)

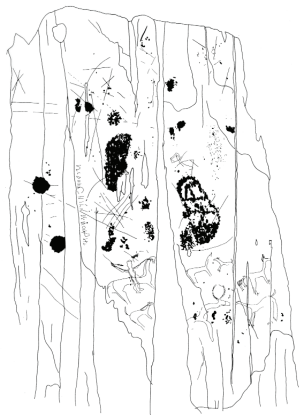


Fig.7. Cena de caça acompanhada de inscrição pré-latina  
na rocha 23 do Vale da Casa (Baptista 1999 181)

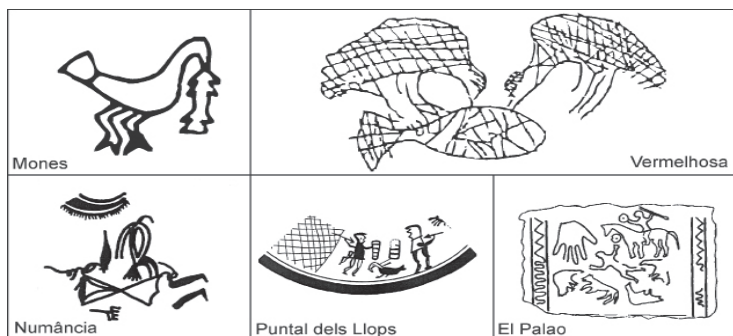


Fig.8. Cena das aves e peixe na rocha 3 da Vermelosa, comparada com outros motivos peninsulares (contém elementos de Abreu et al. 2000, fig. 1, Lorrio 1997, Marco Simón 2005, Quesada Sanz 1997)



Fig.9. Vista da zona final do Vale de José Esteves após chuvada, com a água correndo pela canada até ao Douro



## Bibliografia

- M. S. Abreu, A. Arcà, L. Jaffe, A. Fossati (2000), “As gravuras rupestres de idade do ferro no vale de Vermelha (Douro - Parque Arqueológico do Vale do Côa). Notícia preliminar”, in V. O. Jorge, ed., *Proto-história da Península Ibérica (Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. V)*. Porto, 403-406.
- S. Alfayé Villa (2004), “Rituales de aniquilación del enemigo en la Estela de Binéfar (Huesca)”, in L. Hernández Guerra, J. Alvar, eds., *XXVIII Congreso Internacional Girea-Arys IX. Historia Antigua. Jerarquías religiosas y control social en el Mundo Antiguo*. Valladolid, 63-74.
- J. R. Álvarez-Sanchís (2004), “Etnias y fronteras. Bases arqueológica para el estudio de los pueblos prerromanos en el occidente de Iberia”, in M. C. Lopes, R. Vilaça, eds., *O Passado em cena. Narrativas e fragmentos*. Coimbra, Porto, 299-327.
- C. Aranegui Gascó (2007), “Arte ibérico en Edetania” in L. Abad Casal, J. A. Soler Díaz, eds., *Arte Ibérico en la España Mediterránea. Actas del Congreso (Alicante, 24-27 de octubre de 2005)*. Alicante, 167-183.
- A. M. Baptista (1983), “O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa)”, *Arqueologia* 8 57-69.
- A. M. Baptista (1983-84), “Arte rupestre do norte de Portugal. Uma perspectiva”, *Portugália*, 4-5 (nova série) 71-82.
- A. M. Baptista (1998), “A arte do Côa e Alto-Douro e o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART)”, in A. C. P. S. Lima, ed., *Terras do Côa. Da Malcata ao Reboredo. Os valores do Côa*. Maia, 196-201.
- A. M. Baptista (1999), *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa.
- A. M. Baptista, M. V. Gomes (1998), “Arte Rupestre”, in J. Zilhão, ed., *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa, 211-409.
- A. M. Baptista, M. Reis (2008), “Prospecção da Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico superior à do nosso tempo, com passagem pela IIª Idade do Ferro”, in *III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Actas das Sessões. Vol. 1 - Pré-história: Gestos intemporais*. Porto, ACDR de Freixo de Numão, 62-95.
- A. C. Carvalho, J. Zilhão, T. Aubry (1996), *Vale do Côa. Arte Rupestre e Pré-História*. Lisboa.
- A. M. R. Cordeiro, F. Rebelo (1996), “Carta geomorfológica do vale do Côa a jusante de Cidadelhe”, *Cadernos de Geografia* 15 11-33.
- S. Daniels, D. Cosgrove (1988), “Introduction. Landscape and Iconography” in D. Cosgrove, S. Daniels, eds., *The Iconography of Landscape. Essays on the Symbolic*. Cambridge, 1-10.
- A. B. Ferreira (1978), *Planaltos e montanhas do Norte da Beira. Estudo de geomorfologia*. Lisboa.
- A. Fossati (1996), “The Iron Age in the Rock Art of Vermelha, Portugal” [em linha]. In *Tracce. 5. 26 de Outubro de 1996*. [citado em 17 de Fevereiro de 2003]. Disponível em <<http://www.geocities.com/RainForest/3982/coaferro.html>>.



- M. V. Gomes (1990), “O Oriente no Ocidente. Testemunhos iconográficos na Proto-história do Sul de Portugal. *Smiting gods* ou deuses ameaçadores”, *Estudos Orientais* 4 53-106
- T. Ingold (2000), “The Temporality of the Landscape”, in *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. Londres, 189-208.
- C. Jung (1966), *Collected Works. Vol. 15*. Londres.
- L. Luís (2009), “Em busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro. Perspectivas de investigação da Proto-história no Vale do Côa”, in R. Balbín Behrmann, ed., *Arte al aire libre en el Sur de Europa (Curso de Arte Rupestre al Aire Libre. Investigación, Protección, Conservación y Difusión [Salamanca, 15, 16 y 17 de junio de 2006])*.
- J. Mangado (2006), “El aprovisionamiento en materias primas líticas. Hacia una caracterización paleocultural de los comportamientos paleoeconómicos”, *Trabajos de Prehistoria* 63.2 79-91.
- F. Marco Simón (1994), “Heroización y tránsito acuático. Sobre las diademas de Mones (Piloña, Asturias), in J. Mangas, J. Alvar, eds, *Homenaje a J. M. Blázquez*. 2. Madrid, 318-348.
- F. Marco Simón (2005), “Religion and Religious Practices of the Ancient Celts of the Iberian Peninsula”, *e-Keltoi. Journal of Interdisciplinary Celtic Studies* 6 287-345. [Disponível em [http://www.uwm.edu/Dept/celtic/ekeltoi/volumes/vol6/6\\_6](http://www.uwm.edu/Dept/celtic/ekeltoi/volumes/vol6/6_6)].
- R. Olmos (1996), “Caminos escondidos. Imaginarios del espacio en la muerte”, *Complutum Extra* 6.2 167-176.
- W. M. Parker (2003), *The Four Branches of the Mabinogi*. [s. l.] [Consultado a 6 de Maio de 2008, a partir de: <http://www.mabinogi.net/pwyll.htm>].
- A. M. Poveda Navarro, H. Uroz Rodríguez (2007), “Iconografía vascular en El Monastil” in L. Abad Casal, J. A. Soler Díaz, eds, *Arte Ibérico en la España Mediterránea. Actas del Congreso (Alicante, 24-27 de octubre de 2005)*. Alicante, 125-139.
- F. Quesada Sanz (1997), *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional y simbólico de las armas en la Cultura ibérica (siglos VI-I a.C.)*. Montagnac.
- J. Sanmartí i Grego (2007), “El arte de la Iberia septentrional”, in L. Abad Casal, J. A. Soler Díaz (eds), *Arte Ibérico en la España Mediterránea. Actas del Congreso (Alicante, 24-27 de octubre de 2005)*. Alicante, 239-264.
- G. Sopenía (2004), “El mundo funerario celtibérico como expresión de un “ethos” agonístico”, *Historiae* 1 56-108.
- G. Sopenía (2005), “Celtiberian Ideologies and Religion”, *e-Keltoi. Journal of Interdisciplinary Celtic Studies* 6 347-410. [Disponível em <http://www.uwm.edu/Dept/celtic/ekeltoi/volumes/vol6>].
- C. Tilley (1994), *A Phenomenology of Landscape. Places, Paths and Monuments*. Oxford.

# DE ETNIA A PROVINCIA: IDENTIDADES COLECTIVAS EN LA LUSITANIA ANTIGUA

FRANCISCO BELTRÁN LLORIS  
*Universidad de Zaragoza,  
Grupo de Investigación Hiberus*

## Abstract

The ancient world knew different forms of collective identities. Three of them are particularly well attested in ancient sources and frequently addressed by scholars of Roman history: on the one hand, identities regarding ethnicity and the city-state or municipality and, on the other, the Roman one, starting from its civic origins until it reached an imperial scale. The purpose of this paper is to reflect on the construction of collective identities in ancient Lusitania from a double perspective, indigenous and Roman (or resorting to anthropological terminology, *emic* and *etic*), and to focus our attention on an intermediate slightly explored level, the province, which goes beyond the city or the *ethnos*, but stays inside the Roman frame. For this purpose Roman Lusitania is a convenient example, since it had powerful autochthonous cultural roots, it was the result not only of the dynamics of the conquest, but of the administrative imperial needs of Rome as well, and it had to compete with another kind of identity level which was also a product of the integration of the Iberian Peninsula in the Roman Empire: Hispania.

**Keywords:** ancient identities, *ethnos*, Hispania, Lusitania, province.

**Palavras-chave:** *ethnos*, Hispânia, identidades antigas, Lusitânia, província.

## 1. Las identidades colectivas en el mundo romano

El mundo antiguo conoció formas de identidad colectiva muy diversas, entre las que las mejor atestiguadas y más tratadas por los investigadores de la historia romana son las correspondientes a la etnia y a la ciudad-estado o municipio, por un lado, y la propiamente romana, desde sus orígenes cívicos hasta alcanzar una dimensión imperial, por otro<sup>1</sup>. El propósito de estas páginas es reflexionar sobre la formación de las identidades colectivas en el occidente de Hispania desde la doble perspectiva local y romana —o *emic* y *etic*, si se prefiere la terminología antropológica—, centrando la atención en un ámbito intermedio, menos explorado y muy fragmentariamente documentado, que desborda el marco ciudadano y étnico, pero queda comprendido dentro del romano imperial. Me refiero al ámbito provincial y, en concreto, al que ofrece Lusitania, una demarcación con poderosas raíces culturales autóctonas, pero fruto también de la dinámica histórica impuesta por la conquista así como

---

<sup>1</sup> Sobre las identidades colectivas en el mundo romano, véase recientemente E. Dench 2005; G. D. Farney 2007; y el luminoso ensayo de A. Giardina 2000; además, E. S. Gruen 1992; B. Linke y M. Stemmler 2000; F. Pina 2004; F. W. Walbank 1972; R. Laurence y J. Berry 1998; R. Miles 1999. Para el mundo griego son fundamentales J. M. Hall 1997; y N. Loraux 1981; recientemente J.-M. Luce 2007. Más general, Chr. Müller y F. Prost 2002. Para la Península Ibérica, entre otras aportaciones, G. Cruz Andreotti y B. Mora 2004; y F. Beltrán Lloris 2002.

de las necesidades administrativas imperiales de Roma, e inextricablemente unida a una realidad más amplia de carácter no administrativo, pero surgida también como consecuencia de la integración de la Península Ibérica en el Imperio Romano: Hispania<sup>2</sup>.

Frente a las identidades municipal o romana, que, más allá de connotaciones culturales, se encuentran profundamente marcadas por su carácter político y por su vinculación con el ejercicio de unos derechos cívicos, las que vamos a explorar primordialmente aquí son de tres tipos: aquéllas fundamentadas en lazos de carácter étnico —como puedan ser las correspondientes a vetones, lusitanos, célticos, etc.—, que, pese a ser conocidas básicamente a través de los testimonios literarios clásicos, al menos en parte son previas a la integración de las comunidades hispanas en el mundo romano y pueden ser rastreadas a través de la documentación lingüística, los testimonios religiosos o el registro material<sup>3</sup>; las derivadas de las divisiones administrativas creadas por Roma, y ante todo de las provinciales, capaces de generar vínculos de unión entre comunidades e individuos a través de la dependencia de una administración común, de la práctica de los *concilia prouinciae* con sus manifestaciones de culto imperial, de los *conuentus iuridici* y otros mecanismos semejantes; y, finalmente, las surgidas de las necesidades de diferenciación en el seno del Imperio frente a otras comunidades culturales más vastas como los Itálicos, los Galos, los Germanos o los Griegos, por ejemplo.

Más, en concreto, el propósito específico de esta intervención es determinar, por una parte, si la creación de la provincia Lusitania responde más a la existencia de unos determinados vínculos entre las poblaciones comprendidas dentro de esos límites administrativos que a las necesidades administrativas de Roma, y si, independientemente de ello, esa realidad provincial contribuyó a generar una personalidad propia entre sus habitantes. Desde esta perspectiva, resulta primordial tener en cuenta que estas identidades colectivas carentes de virtualidad política deben ser entendidas ante todo como referentes mediante los cuales un individuo o un grupo se define en un determinado contexto cultural<sup>4</sup>, y, por lo tanto, como construcciones de perfiles vagos, cambiantes y sucesivamente reelaborados en función de las circunstancias históricas, que son extraordinariamente

<sup>2</sup> Entre el 8 y el 10 de mayo de 2008 tuvo lugar en Sevilla una reunión convocada por A. Caballos y S. Lefebvre sobre *La construcción de la identidad provincial. La experiencia romana*, en la que se expusieron diversas comunicaciones que afectan directa o indirectamente al tema del que nos ocupamos aquí, especialmente las contribuciones de S. Lefebvre, “Onomastique et identité provinciale: le cas de *Lusitanus*” y F. Beltrán Lloris, “... *et sola omnium prouinciarum uires suas postquam uicta est intellexit*. Hispania como referente identitario en el mundo romano”. Una de las conclusiones alcanzadas en esta reunión fue precisamente la debilidad de las identidades provinciales peninsulares frente a la común hispana.

<sup>3</sup> Sobre las identidades étnicas puede verse el volumen de Cruz Andreotti y Mora 2004, particularmente F. Beltrán Lloris 87-145 sobre los celtíberos, y, más recientemente sobre los vascones F. Beltrán Lloris y J. Velaza 2009.

<sup>4</sup> Así, J. Huskinson 2000, espec. 10.

difíciles de definir en términos objetivos, sobre todo cuando no se cuenta con testimonios discursivos endógenos —*emic*— a través de los cuales se especifique en qué vínculos se fundamenta<sup>5</sup>, como es el caso habitualmente en sociedades periféricas como las que ahora nos ocupan, según he tenido oportunidad de valorar, por ejemplo, a propósito de los celtíberos<sup>6</sup>. Así, a diferencia de los levísimos indicios que suministra el bilbilitano Marcial cuando se declara “nacido de Celtas e Iberos” (IV 55), poniendo el énfasis en el criterio de descendencia, o cuando se define como hispano frente a un griego de Corinto (X 65), recurriendo a rasgos físicos y culturales<sup>7</sup>, no se conserva ningún testimonio semejante a propósito de Lusitania, aunque en este sentido puedan proporcionar algunos indicios, como se verá más adelante, tanto la cultura material como, sobre todo, las inscripciones de época imperial.

## 2. Los lusitanos y los restantes pueblos del occidente peninsular

El mapa étnico del territorio que terminó por convertirse en la provincia de Lusitania no resulta fácil de fijar como consecuencia de las discrepancias que se derivan de la diferente cronología de nuestras fuentes literarias y de las no pocas contradicciones entre éstas, si bien los autores modernos tienden a establecer una nómina compuesta fundamentalmente por los Conios o Cinetes, mencionados sólo por las fuentes más antiguas como Heródoto (II 33; IV 49) o Polibio (X 7, 4), y los Turdetanos, en el Algarbe<sup>8</sup>, por los Célticos a caballo del Guadiana<sup>9</sup>, y, más al norte, entre el Tajo y el Duero, por los Lusitanos al oeste y por los Vetones<sup>10</sup> en el interior<sup>11</sup>. Naturalmente, está breve lista debe considerarse tan sólo como una simplificación de un panorama sin duda más complejo: el propio Estrabón, cuando describe las tierras situadas al norte del Tajo y tras mencionar a los pueblos a su juicio más relevantes, señala que “los demás no son dignos de mención a causa de su reducido tamaño y su falta de renombre” (Strb. III 3, 3)<sup>12</sup>, y, en otro pasaje, sitúa la colonia *Emerita Augusta*

<sup>5</sup> Hall 1997 24 subraya cómo, según las circunstancias, pueden desempeñar un papel determinante o secundario rasgos como la creencia en un ancestro común, la existencia de una historia compartida, la religión, la lengua, la asociación con un territorio, las costumbres, etc., como, en el caso griego, queda bien de manifiesto en las diferentes definiciones de la helenidad sostenidas por Heródoto 8.144 e Isócrates. *Paneg.* 50.

<sup>6</sup> Al respecto, F. Beltrán Lloris 2004 91-92.

<sup>7</sup> Farney 2007 238 ss.; F. Beltrán Lloris (cit. n. 2).

<sup>8</sup> *Tabula Imperii Romani. Hoja J-29: Lisboa (= TIR J-29)*, Madrid 1995, 66. Ptolomeo (II 5, 2) atribuye a los turdetanos una serie de ciudades litorales como *Balsa*, *Ossonoba* o *Salacia*.

<sup>9</sup> *TIR J-29*, 60-61; L. Berrocal-Rangel 1992.

<sup>10</sup> *TIR J-29*, 162-163; M. Salinas 2001; sobre Viriato y los Lusitanos R. López Melero 1988.

<sup>11</sup> Sobre los pueblos indígenas véanse, por ejemplo, las síntesis de J. Alarcão 1974 17-20; C. Fabião 1993 79-299, espec. 168 ss.; o M. Salinas y J. Edmonson 2003 45-56, espec. 47.

<sup>12</sup> Para Estrabón, seguimos la traducción de J. Gómez Espelósín, G. Cruz Andreotti y M. V. García Quintela 2007.

en tierras de los túrdulos (Strb. III 2, 15), pueblo que según Plinio se extendía por las regiones béticas vecinas de la Beturia (NH III 13).

Precisamente a propósito de los Célticos, cuyo territorio étnico quedó dividido a partir de Augusto entre la Bética y la Lusitania, conservamos una de las pocas observaciones que los autores clásicos nos han dejado acerca de los criterios que, a sus ojos —es decir desde una perspectiva *etic*—, podían definir a un pueblo hispano. Se trata del comentado pasaje de Plinio en la descripción de la Bética donde señala: “*Celticos a Celtiberis ex Lusitania aduenisse manifestum est sacris, lingua, oppidorum uocabulis, quae cognominibus in Baetica distinguuntur*”, es decir “Los Célticos, de la estirpe de los Celtíberos, es evidente que llegaron desde la Lusitania a juzgar por su religión, su lengua y los nombres de las ciudades que en la Bética se distinguen por sus epítetos” (NH III 13), como resulta evidente en la sucesiva lista de ciudades béticas con topónimos claramente célticos, como *Nertobriga* o *Segida*, acompañados de *cognomenta* como *Concordia Iulia* o *Restituta Iulia*. Sin entrar ahora en el comentario detallado de este controvertido pasaje<sup>13</sup>, resulta evidente que Plinio consideraba afines a los Célticos de la Bética y a los que vivían al otro lado de la frontera lusitana —y también a los celtíberos— por compartir prácticas religiosas, lengua y topónimos, éstos, claramente diferenciados a sus ojos de los de pueblos béticos como los turdetanos o los bastetanos —que, a diferencia de ellos, no pertenecían a la familia céltica con la que los autores clásicos se encontraban bien familiarizados—, pero semejantes a los de ciudades lusitanas como *Augustobriga*, *Caesarobriga*, *Mirobriga*, etc. (NH IV 118), que como la *Nertobriga* bética exhibían topónimos con el típico formante *-briga*.

Todo ello pone de manifiesto cómo, desde un punto de vista cultural, y desde la perspectiva *etic* de los autores clásicos, la lengua y la religión eran criterios que podían servir para definir la etnicidad, aunque ello no demuestra, desde luego, que para esos mismos pueblos hispanos fueran los criterios que determinarían fundamentalmente su cohesión.

De las etnias de Lusitania, la mejor documentada y la de mayor relevancia histórica es la éponima de la provincia, los Lusitanos, de quienes, al margen de su mención como mercenarios de Aníbal en 218 a. E.<sup>14</sup>, existen noticias desde comienzos del siglo II a. E., pues ya en 194 a. E. Livio documenta sus incursiones en las zonas pacificadas de la Hispania Ulterior (Liv. 35.1), que diez años después, en 184, motivaron la celebración de un triunfo *ex Lusitanis et Celtiberis*, como consecuencia de una campaña desarrollada en las cercanías de *Toletum*, en plena Carpetania (Liv. 39. 30-31). Junto con los celtíberos, los lusitanos protagonizaron la más dura resistencia que las armas romanas encontraron en Hispania, cuyos mejores símbolos son la figura de Viriato y las guerras de la segunda mitad del siglo II a. E., si bien sus acciones se desarrollaron normalmente fuera de sus fronteras, de suerte que hasta fines

<sup>13</sup> Del que me ocupo en 1994 (“Plin. NH III 13-14”), y 2005, y en 2004 110.

<sup>14</sup> Liv. 21. 43; 57.

de esa centuria no se emprendió la conquista y pacificación de su territorio patrimonial, en el que todavía había de intervenir César durante su gobierno de la Ulterior en 62 a. E. (Cass. Dio 37. 52; Liv. *per.*103).

Si se exceptúa el testimonio de Estrabón relativo a unos grupos de lusitanos deportados por los romanos al sur del Tajo<sup>15</sup>, desde los tiempos de la conquista los historiadores señalan los límites del solar lusitano entre este río y el Duero (App. *Iber.* 57, 64, 73), si bien el geógrafo de Amasia parece dar a entender en varios pasajes que hasta hacía poco tiempo abarcaban también Galecia, al referirse a los ártabros como los pueblos más remotos de Lusitania hacia el norte (III 2, 9) y al afirmar que a las gentes situadas al norte del Duero “unos llamaban anteriormente lusitanos y otros en la actualidad llaman galaicos” (3.4, 20), explicando este hecho porque los galaicos “como eran difíciles de combatir proporcionaron el sobrenombre al que había vencido a los lusitanos [e. d., Décimo Junio Bruto Galaico], y fueron la causa de que en la actualidad se les denomine galaicos a la mayor parte de los lusitanos”<sup>16</sup> (3.3, 2)<sup>17</sup>.

Sin embargo y sin cuestionar la evidente afinidad cultural entre galaicos y lusitanos, esta explicación no resulta del todo convincente, pues todo induce a pensar que la designación de los pueblos del Noroeste como Galaicos no era un hecho reciente, como supone Estrabón y da por sentado la mayor parte de los historiadores modernos, sino que se remontaba cuando menos hasta el momento mismo en que Roma exploró por primera vez las tierras gallegas, es decir con la expedición conducida por Bruto en 138 a. E.: de otra forma, no tendría sentido ni el sobrenombre ‘Galaico’ que éste adoptó tras esa campaña ni que los *Fasti triumphales* recojan la celebración en 133 a. E. de su triunfo como *ex Callaecis et Lusitanis*. Lo que, a cambio, sí se había producido poco tiempo antes de que escribiera Estrabón era la rectificación de fronteras entre la Lusitania y la Tarraconense con la transferencia a ésta de los territorios de Asturia y Galecia antes pertenecientes a la provincia Ulterior<sup>18</sup>. Aquí radica seguramente el origen de las dudas de Estrabón, que confunde las realidades a las que designa el término Lusitania, la provincial y la étnica: los galaicos, efectivamente, habían estado vinculados a la Hispania Ulterior desde fines del siglo II a. E. hasta época de Augusto, pero dista de estar demostrado que hubieran formado parte de una sola etnia junto con los lusitanos.

### 3. La provincia Lusitania

Como es bien sabido, la división de la Hispania Ulterior en dos provincias y, en consecuencia, la creación de Lusitania difícilmente pudo producirse en 27 a. E., pese al testimonio de Casio Dión (53.12, 4 s.), sino algunos años más tarde, tras el segundo viaje de Augusto a Hispania en 15 a. E. (Cass.

<sup>15</sup> Sobre las deportaciones, F. Pina 2004.

<sup>16</sup> Sobre los galaicos, G. Pereira 1984.

<sup>17</sup> Al respecto de estos pasajes véanse los comentarios de Cruz Andreotti y García Quintela 2007 412-415.

<sup>18</sup> También Plinio refleja esta situación cuando suministra las medidas de Lusitania incluyendo Asturia y Galecia (*NH* III 118).

Dio 54.25, 1), probablemente en torno al año 13 a. E., cuando el número de legiones estacionadas en Hispania se redujo a tres o cuatro en relación con el inicio de la política expansiva en el Rin y el Danubio<sup>19</sup>. En este momento se dividió la Ulterior en dos provincias, Bética y Lusitania, y se transfirieron los territorios de Galecia y Asturia, hasta entonces dependientes de la Ulterior, a la Citerior, convertida ahora en una provincia de rango consular, que es la situación que testimonia Estrabón (3.4, 20).

Según todos los indicios, la transferencia del noroeste hispánico a la Hispania Citerior fue consecuencia, ante todo, de las necesidades militares, que aconsejaban concentrar bajo un solo mando las tres legiones acantonadas en la región, dos en Asturia y otra en Cantabria, así como probablemente del deseo de reunir los recursos mineros del noroeste y del sureste en la misma circunscripción provincial<sup>20</sup>, pese a la notable extensión que con ello adquiriría la Tarraconense, convertida así en la provincia más vasta del Imperio y la única de occidente — además de la Bética — que contaba con amplias fachadas al Mediterráneo y al Atlántico<sup>21</sup>. Por otra parte, la incorporación en una sola provincia de las tierras comprendidas entre Galecia y el Mediterráneo generaba un acusado contraste en su seno al oponerse las regiones más orientales correspondientes a pueblos de lengua ibérica o celtibérica, pacificadas desde tiempo atrás y dotadas de abundantes colonias y municipios, y las de occidente, de lengua indoeuropea, recién incorporadas, apenas urbanizadas y carentes de comunidades privilegiadas.

Por el contrario, en el caso de la provincia Ulterior el criterio fue distinto y se asemeja más al aplicado en las Galias, en donde frente a la Narbonense mediterránea, más antiguamente romanizada, se crearon en la fachada atlántica tres provincias independientes — Aquitania, Lugdunense y Bélgica — entre las que se distribuyeron las tierras conquistadas por César<sup>22</sup>. Así, por un lado, las tierras turdetanas e ibéricas, más tempranamente sometidas y más densamente dotadas de comunidades privilegiadas fueron integradas en una provincia, la Bética, que fue transferida por Augusto al senado, mientras que las regiones que se extendían entre el Guadiana y el Duero con su amplia fachada atlántica pasaron a constituir la provincia imperial de Lusitania, en la que, como en la Tarraconense, cabe distinguir dos áreas bien diferenciadas: una al sur del Tajo y en sus riberas, coincidente con el solar de los Célticos, Túrdulos y demás pueblos meridionales, en la que se concentraban las cinco colonias — *Emerita Augusta* (Mérida), *Metellinum* (Medellín), *Pax Iulia* (Beja), *Norba Caesarina* (Cáceres) y *Scallabis* (Santarém) —, el único municipio romano — *Olisipo* (Lisboa) — y los tres latinos — *Ebora* (Évora), *Myrtilis* (Mértola) y *Salacia* (Alcácer

<sup>19</sup> G. Alföldy 1969 206 ss., 223 ss.; P. Le Roux 1982 84 ss. Ver *contra* L. Pérez Vilatela 2000. Sobre los viajes de Augusto a Hispania ver ahora J. M. Abascal 2006.

<sup>20</sup> La incorporación de las comarcas más orientales de la Ulterior Bética en la Tarraconense se produjo en un momento indeterminado entre 27 y 2 a. E., Alföldy 1969 225, nota 9.4.

<sup>21</sup> Acerca el papel que en esta decisión pudo tener la percepción de la Cordillera Cantábrica como una prolongación de los Pirineos, F. Beltrán y F. Pina 1994, espec. 121 ss.

<sup>22</sup> Beltrán y Pina 1994 118.



do Sal)—, todos ellos creados por César y Augusto (Plin. *NH* III 117); y otra, al norte del Tajo, mucho menos urbanizada y carente de comunidades privilegiadas, correspondiente *grosso modo* al solar de los Lusitanos y de los Vetones.

Esta división, en cualquier forma, contaba con algún precedente como el establecido por Pompeyo, quien en vísperas de la guerra con César distribuyó a sus tres legados situando a uno en la Hispania Citerior, a otro en la parte oriental de la Ulterior comprendida entre *Castulo* y el Guadiana, mientras que al tercero le confió las tierras occidentales situadas más allá del Guadiana — *Vettonum agrum Lusitaniamque*<sup>23</sup>, circunstancia que refuerza la condición estratégica de esta partición provincial.

Esta desigualdad entre sur y norte quedó plasmada en la designación como capital de *Emerita*, la colonia fundada por Augusto en 25 a. E., pese a ocupar una excéntrica situación, más adecuada para asegurar una rápida comunicación con el sur que como centro de vertebración de la provincia<sup>24</sup>, y con la ubicación en *Pax Iulia* y en *Scallabis* de las otras dos sedes de los *conuentus iuridici*, de manera que *Scallabis* y *Emerita* se convertían en los referentes para toda la mitad septentrional de la provincia que, de esta manera, dependía administrativamente —o judicialmente, al menos— de la mitad meridional, al tiempo que, en la gestión fiscal se compartían recursos con la Bética caso de la percepción de la *uicesuma hereditatium* que desde fines del siglo II d. E. dependía de un procurador *per Hispanias Baeticam et Lusitaniam*<sup>25</sup>.

Si dejamos la perspectiva romana y centramos la atención en los rasgos culturales a los que las inscripciones y la cultura material permiten acceder, queda más reforzada aún esta contraposición entre las dos mitades, septentrional y meridional, de la provincia.

Atendiendo a la onomástica, en primer lugar<sup>26</sup>, la dispersión de los antropónimos permite dibujar dos áreas fundamentales. Una, meridional, corresponde al antiguo convento pacense y al moderno territorio portugués delimitado al norte por el Tajo, en la que la onomástica indígena es escasa y consiste en nombres específicos (*Accenia*, *Betac(i)us*, *Bolb(i)us*, *Boudehus*, *Coilicus*, *Dobetianus*) o bien vinculados con la Celtiberia en el territorio de los Célticos (*Aplondus*, *Letondo*, *Mermandus*), un hecho que parece dar la razón al citado comentario de Plinio en *NH* III 13. La mitad septentrional coincide con los territorios de Lusitanos y Vetones, en la que cabe señalar nombres de dos tipos: unos cuya dispersión afecta también al noroeste de la Tarraconense —a Galesia y Asturias sobre todo— (*Pent-*, *Pint-*, *Talau-*, *Talab-*, *Lobes(s)a / Louesius*, *Catur-*) y otros que se localizan, exclusivamente o casi, dentro de los

<sup>23</sup> Caes. *BC* I 38; como señalara P. P. Spranger 1960, espec. 136.

<sup>24</sup> Sobre *Emerita* véase, por ejemplo, J. C. Saquete 1997 21 ss.

<sup>25</sup> M. Ojeda 1993 núms. 13, 15 y 20.

<sup>26</sup> Al respecto véanse las clarificadoras observaciones de J. Gorrochategui y J. M. Vallejo, “La onomástica indígena”, a la que remito para la documentación de los antropónimos que se citarán a continuación, y la monografía de J. M. Vallejo 2005 que actualizan las aportaciones de J. Untermann 1965 y M. L. Albertos 1983.

límites de la provincia lusitana (*Al(l)u(c)q(u)ius, Sunua, Apan- / Apin-, Mae(i)l-, Tanc- / Tang-, Tonc- / Tong-*), aunque excluyendo, además del convento pacense, la parte lusitana de Badajoz —túrdulo, según Estrabón—, el este de Salamanca y la provincia de Ávila, circunscripción esta última que cuenta con nombres exclusivos (*Abata, Aelcius, Aetara, Arcatus, Ariucia, Arrellius, Balarus, Cadanus, Corconona, Culantius, Cuttira, Elgiamus, Monoua, Pusus, Titalus, Vaelcio*), de manera que su extensión parece coincidir básicamente con los territorios de los antiguos lusitanos y vetones.

De esta zona proceden precisamente los cinco únicos textos conocidos hasta ahora en lo que se ha dado en llamar “lengua lusitana”, en su mayoría pertenecientes al período imperial, aunque alguno como el recientemente descubierto en Arronches parezca de fecha temprana (¿I a. E.?)<sup>27</sup>.

Si ahora pasamos a los testimonios teonímicos, se observa un estado de cosas similar al de la antroponimia, pues se detecta una serie de nombres de dioses característicos del Noroeste, cuya dispersión afecta al área galaica —algunos exclusivos de ella como *Cosus*— y al norte de Lusitania, es decir al territorio étnico de los lusitanos (*Bandua, Reue* o *Nabia*). A cambio, privativos de Lusitania son los focos más concentrados regionalmente en los que se localizan los testimonios culturales de *Trebaruna* en el solar lusitano, de *Endouelicus*, en el santuario de San Miguel da Mota (Alto Alentejo), y el de *Ataecina* con una mayor dispersión a partir del santuario de Santa Lucía del Trampal (Alcuéscar, Cáceres). Debe subrayarse, no obstante, que el fenómeno de los grandes santuarios así como el de los cultos regionales es por ahora un hecho característico del territorio occidental hispano, desde Galecia hasta San Miguel da Mota, frente a la Celtiberia o la Meseta donde dominan con algunas salvedades los teónimos epicóricos atestiguados en un solo lugar<sup>28</sup>. Por otra parte, junto a los cultos de raíces indígenas y los clásicos importados, debe señalarse también la emergencia de otros propiamente provinciales como los correspondientes a *Iuppiter Repulsorius* y *Iuppiter Solutorius* registrados en torno al curso medio del Tajo<sup>29</sup>.

Ahora bien, estos vínculos de afinidad entre las regiones septentrionales de Lusitania y Galecia tienen sus limitaciones. Así, determinadas manifestaciones culturales como las esculturas zoomorfas conocidas como ‘verracos’ tienen su área de difusión fundamentalmente por el territorio de lusitanos y vetones y áreas próximas de la Citerior<sup>30</sup>, mientras que al norte del Duero, en el territorio

<sup>27</sup> J. Untermann 1997 L.1.1, L.2.1, L.3.1; F. Villar y R. Pedrero 2001; A. Carneiro, J. d’Encarnação, J. de Oliveira y C. Teixeira 2008: la cronología temprana de la inscripción de Arronches, basada fundamentalmente en criterios paleográficos - P abierta, por ejemplo— fue sugerida durante las discusiones habidas en el *X Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas* celebrado en Lisboa en febrero de 2008 (*Acta Palaeohispanica X = Palaeohispanica* 9, en prensa, que no recogen los resultados de la mesa redonda sobre el epígrafe de Arronches).

<sup>28</sup> Véase al respecto la síntesis de F. Marco 1999 y la monografía de B. M. Prósper 2002.

<sup>29</sup> F. Beltrán Lloris 2001-2002.

<sup>30</sup> J. Álvarez Sanchís 1999 224 y mapa contiguo, y 345-373 con la difusión de los verracos, que abarca las provincias españolas de Ávila, Cáceres, Salamanca, Toledo, Zamora y Segovia,

galaico se extiende la zona de los castros, reflejados en la epigrafía por el empleo del término *castellum* como *origo*, desconocido en Lusitania<sup>31</sup>, con manifestaciones escultóricas características como las ‘pedras formosas’ o los ‘guerreros’<sup>32</sup>, diferencias que separan claramente el norte de Lusitania de Galicia<sup>33</sup>.

Por otra parte y dentro de Lusitania debe señalarse la oposición, muy relevante en el terreno social, que supone la presencia de los grupos familiares comúnmente denominados ‘organizaciones suprafamiliares’, característicos del ámbito celtibérico y meseteño, exclusivamente en el territorio vetón (Salamanca, Ávila, Toledo y Cáceres) frente a su absoluta ausencia en el territorio lusitano<sup>34</sup>.

En definitiva, pues, y por no multiplicar estas observaciones, desde el punto de vista indígena y provincial, entendiéndolo como tal una serie de manifestaciones que poseen raíces vernáculas aunque se desarrollen fundamentalmente tras la conquista romana —mayoritariamente en época imperial— y en las que, por lo tanto, pudo jugar un papel importante la dinámica provincial introducida por Roma, el territorio sobre el que se constituyó la provincia Lusitania muestra tanto factores propios —aunque generalmente con una oposición entre las regiones situadas al norte y al sur del Tajo— como vinculaciones con las regiones vecinas de la Tarraconense y la Bética, de manera que se pueden señalar tanto elementos compartidos entre los territorios de galaicos, lusitanos y vetones como otros peculiares de cada uno de ellos o que encuentran afinidades en otras zonas de Hispania.

#### 4. Indicios de identidades colectivas

Como se ha dicho, la integración de la Península Ibérica en el Imperio Romano propició la formación de diversos referentes identitarios y colectivos: (i) unos de carácter étnico, reforzando o reelaborando vínculos presumiblemente preexistentes, cuyo reflejo sobre diferentes indicadores culturales hemos examinado en el apartado anterior, caso de los correspondientes a Célticos, Túrdulos, Lusitanos, Vetones o Galaicos; (ii) otros generados a partir de hechos culturales y vicisitudes históricas como queda ilustrado por la designación supraétnica de carácter erudito que representa el término Celtíberos, aplicado

---

además de algunos casos en Burgos, Pontevedra, Orense y Lugo, y las circunscripciones portuguesas de Beira Alta, Beira Baixa, Douro Litoral, Minho y, sobre todo, Trás-os-Montes.

<sup>31</sup> M. L. Albertos 1975; G. Pereira 1978.

<sup>32</sup> Sobre las estatuas de guerreros, cuya difusión geográfica abarca desde el Duero hasta el Miño con Lugo como punto más septentrional y Alfândega da Fé como límite oriental —esto es la zona correspondiente al convento bracaraugustano—, véase la breve síntesis de L. J. Gonçalves 2007 y las contribuciones correspondientes al seminario *Die lusitanisch-galläkischen Kriegerstatuen*.

<sup>33</sup> Una síntesis de los pueblos galaico y lusitano en A. C. F. da Silva 2001 335-349 y bibliografía 391-392, quien pese a tratar estos dos pueblos conjuntamente, señala las marcadas diferencias entre la zona castreña situada al norte del Duero y la lusitana, cuyo estudio con razón separa Fabião 1993 180 ss, 190 ss.

<sup>34</sup> M. C. González 1986; M. Salinas y J. J. Palao 2003.

a una serie de pueblos célticos como los Belos, Títos, Lusones o Arévacos que se opusieron a Roma en el curso del siglo II a. E., y probablemente por la extensión a partir de fines del siglo II a. E. del término Galaicos a las comunidades situadas al norte del Duero; (iii) otros sustentados básicamente en criterios administrativos como son los provinciales o los conventuales; y, finalmente, (iv) los derivados de la aplicación al conjunto de los pueblos peninsulares de una común identidad hispánica.

Hay indicios consistentes de que estos cuatro tipos de referentes identitarios, sin entrar ahora en su entidad efectiva, fueron interiorizados por los habitantes de la Península Ibérica haciéndolos compatibles a la vez con su condición de munícipes de una determinada comunidad y de integrantes del Imperio Romano. Así, por citar sólo algunos ejemplos, Marcial se manifiesta en sus poemas como bilbilitano, celtíbero, hispano y ciudadano romano<sup>35</sup>; un flamen provincial de la Hispania Citerior y su mujer se proclaman en el siglo II d. E. el uno, Lucio Antonio Modesto, *Intercatiensis ex gente Vaccaeorum* y la otra, Petinia Paterna, *Amocensis Cluniensis ex gente Cantabrorum* en una inscripción de *Tarraco*<sup>36</sup>, combinando referentes municipales, conventuales y étnicos; y en las tábulas de hospitalidad y patronato las ciudades hispanas precisan su situación con diversas referencias geográficas, étnicas o administrativas: la *ciuitas Bocchoritana* de Mallorca, *ex insula Balarum maiore*<sup>37</sup>; la *ciuitas Lougeiorum, ex gente Asturum conuentus Arae Augustae*<sup>38</sup>; *Clunia y Baetulo, ex Hispania citeriore*<sup>39</sup>, al igual que los *Coelerni*, que añaden su pertenencia al *conuentus Bracarus*<sup>40</sup>, y *Munigua* que se caracteriza como *Hispaniae Vterioris*<sup>41</sup>.

Por desgracia, los indicios disponibles para examinar la cuestión en Lusitania son mucho menos abundantes y sólo permiten señalar ciertas tendencias.

(i) Por un lado, pueden resultar significativos determinados nombres personales formados a partir de étnicos como parece ser el caso de *Vetto* que, a juzgar por su dispersión, está vinculado al territorio de los Vetones<sup>42</sup> — observación que, a cambio, no parece que pueda hacerse extensiva al *nomen Vettius*<sup>43</sup> —, en lo que puede suponer una cierta asunción de una identidad vetona, corroborada también, desde la perspectiva administrativa romana, por la denominación de las unidades de auxiliares y de los *procuratores prouinciae*

<sup>35</sup> Beltrán Lloris 2004 133 ss.

<sup>36</sup> *CIL* II 4233.

<sup>37</sup> *AE* 1957 317; *CIL* II 3695.

<sup>38</sup> *AE* 1984 553.

<sup>39</sup> *CIL* II 5792; *AE* 1936 66.

<sup>40</sup> *AE* 1972 282.

<sup>41</sup> *AE* 1962 147.

<sup>42</sup> J. M. Abascal 1994 543-544; *AALR* 339 mapa 324. Su distribución es fundamentalmente hispana: B. Lörincz 2002 163.

<sup>43</sup> *AALR* 339 mapa 323, pero véase su notable dispersión por otras partes de Hispania en Abascal 1994 245.

*Lusitaniae et Vettoniae* de los siglos II y III d. E.<sup>44</sup>. Ello desde luego no significa que forzosamente todos los portadores de este nombre fueran vetones como es el caso del *Valerius Veto, miles c(ohortis) I Lam(auorum) (centuria) Lucani*, atestiguado en un epitafio de *Sala* (Rabat) de mediados del siglo I d. E.<sup>45</sup>, si, en efecto, esta unidad fue reclutada, como parece, entre los *Lemaui* del convento lucense<sup>46</sup> y *Veto* pertenecía a este grupo.

A cambio no está atestiguado con seguridad el nombre *Lusitanus*<sup>47</sup> y tan sólo una vez el *cognomen Celticus*<sup>48</sup>.

(ii) Otro indicio lo pueden suministrar los nombres de las unidades auxiliares reclutadas en Lusitania, que, como es habitual, exhiben nombres de tipo étnico<sup>49</sup>, incluyendo varias cohortes de Lusitanos<sup>50</sup> y un ala de *Hispani Vettones*<sup>51</sup>.

En lo que respecta a las cohortes de Lusitanos, de las que conocemos al menos media docena<sup>52</sup>, cabe preguntarse en principio si el nombre hace referencia a la etnia o a la provincia, cuestión esta sobre la que sólo algunas inscripciones suministran argumentos.

Es el caso de la dedicatoria a los *Dii Deaeque Coniumbric(enses)* colocada por *Ti(berius) Claudius Sailcius*<sup>53</sup>, *eq(ues) c(o)hor(tis) III Lusitanorum*, en Numão (Vila Nova de Foz Côa, Guarda)<sup>54</sup>, muy cerca del Duero, cuyo dedicante lleva un nombre característico de la provincia Lusitania (con las variantes *Saelcius*, *Saelgus*), sobre todo del convento emeritense, cuyos paralelos más próximos proceden de Hinojosa de Duero y Casas de Millán<sup>55</sup>, en el territorio lusitano y vetón, pese a lo cual ha sido considerado conimbrigense debido al nombre de la divinidad a la que honra, circunstancia que dista de ser segura,

<sup>44</sup> *AE* 1988 1023; *CIL* VI 41271.

<sup>45</sup> *AE* 1983 995. Le Roux 1982 276, sin embargo, parece considerarlo vetón, pese a que no se expresa en este sentido en 193 núm. 79.

<sup>46</sup> Plin. *NH* III 28; Ptol. 2.6.25.

<sup>47</sup> I. Kajanto 1965 199. Sobre el *cognomen Lusitanus* y los de tipo étnico hispano como *Celtiber* presentaron sendas contribuciones al congreso sevillano *La construcción de una identidad provincial. La experiencia hispana* (cit. n. 2): S. Lefebvre (“Onomastique et identité provinciale: le cas de *Lusitanus*”) y M. Navarro (sobre los nombres formados a partir de etnónimos hispanos).

<sup>48</sup> *AALR* 140.

<sup>49</sup> Al respecto J. M. Roldán 1974 265 ss. con un listado que incluye varias unidades de Hispanos, otras con nombres propiamente étnicos —*Arauaci, Astures, Cantabri, Gallaeci, Varduli* y *Vascones*—, superétnicos —*Celtiberi*— o correspondientes a *ciuitates* no urbanas —*Gigurri, Lemaui, Carietes et Veniaeses*— así como a circunscripciones conventuales —*Bracari* y *(Gallaeci) Lucenses*—, islas —*Baliares*— o, excepcionalmente, a *ciuitates* urbanas —*Ausetani*— o a una provincia, caso de la *cohors Baetica*.

<sup>50</sup> Roldán 1974 528-532.

<sup>51</sup> *RIB* 403; Roldán 1974 136, 377.

<sup>52</sup> Roldán 1974 78 ss, 82 s., 99 ss., 121, 133, 151 ss., 153, 156 ss., 157; Le Roux 1982 94, 150, 191-192, 227, 276, 336.

<sup>53</sup> Sobre el *cognomen*, leído tradicionalmente *sanecius*, véase *AALR* 291, núm. 306.

<sup>54</sup> *CIL* II 432.

<sup>55</sup> *AALR* 291.

pues nada impide considerarlo oriundo de la zona en la que fue hallado el epígrafe, a la que habría regresado tras su licenciamiento, aunque ello no afecte a su verosímil procedencia del territorio étnico lusitano.

Hacia esta misma zona apunta la onomástica de *[T]oncius [T]oncetami f.*<sup>56</sup>, *miles, sicnifer coh(ortis) II Lus(itanorum)*, quien a mediados del siglo I d. E. hizo colocar un epígrafe en honor de *Victoria* en *ciuitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova, Castelo Branco)<sup>57</sup>, su ciudad de origen según consta en un ara a *Trebarune* aparecida en esta misma localidad<sup>58</sup>.

Finalmente, de las proximidades de *Collippo*, concretamente de Porto de Mós (Leiria), procede el cenotafio de *C. Sulpicius Pelius Celti f., miles co(ho)rtis Lusitanorum*, muerto en *Clunia*, oriundo sin duda de la zona en la que fue hallada la inscripción<sup>59</sup>.

Estos tres testimonios, caso de ser significativos, parecen indicar que las cohortes de Lusitanos no fueron reclutadas en la provincia Lusitania en general, sino más concretamente en el territorio étnico lusitano<sup>60</sup> y que, por lo tanto, su designación responde al mismo mecanismo que produjo las unidades de *Arauari*, *Astures*, *Cantabri*, *Varduli* o *Vascones*.

Éste es evidentemente también el caso de la única unidad de Vetones atestiguada, el *ala Hispanorum Vettonum ciuium Romanorum*<sup>61</sup>, en la que debe subrayarse que el epíteto que acompaña a la designación étnica no haga referencia a la provincia Lusitania —lo que, por otra parte, podría dar lugar a equívocos con el étnico de los lusitanos—, sino a Hispania, como ocurre con otras muchas unidades denominadas exclusivamente *Hispanorum*<sup>62</sup>, circunstancia que pone de manifiesto el predominio de este referente, junto a los étnicos en sentido estricto, en la designación de las unidades auxiliares en detrimento de los nombres provinciales de los que tenemos un único y polémico ejemplo: la *cohors Baetica*<sup>63</sup>.

(iii) Un tercer tipo de indicios al que podemos recurrir son las referencias sobre el propio origen que hacen constar en las inscripciones los soldados procedentes de Lusitania<sup>64</sup>, de mayor valor que los nombres de las unidades militares, pues frente a éstos, condicionados por las prácticas de reclutamiento

<sup>56</sup> *AALR* 320-322.

<sup>57</sup> *EE* VIII 14.

<sup>58</sup> *EE* VIII 15.

<sup>59</sup> *CIL* II 5238. De cerca de *Collippo* también procede el epitafio de un *eques* de una unidad de nombre perdido denominado *Tiberius Claudius Maximus* (*CIL* II 343), al respecto Le Roux 1982 191, núm. 74.

<sup>60</sup> En este sentido ya, Le Roux 1982 96; a cambio, Roldán 1974 267, dudaba entre la provincia y la 'tribu' como lugar de origen de estas unidades.

<sup>61</sup> Roldán 1974 136-137.

<sup>62</sup> Sólo otra unidad aúna un nombre étnico con el término *Hispanus*: la *cohors II Hispanorum Vasconum*, Roldán 1974 129 s.

<sup>63</sup> Al respecto, Roldán 1974 154 s. y J. González Rincón 1994 179-188, defendiendo su reclutamiento en la Bética.

<sup>64</sup> Otros casos, además de los estudiados aquí, en Lefebvre (cit. n. 2).



romanas, constituyen testimonios que expresan en mayor o menor medida los referentes con los que esas personas se identificaban.

Entre ellos entraña particular interés el epígrafe de un *eques* de la mencionada *ala Hispanorum Vettonum ciuium Romanorum*<sup>65</sup>, datable en época flavia y procedente de la localidad de *Aquae Sulis* (Bath), en Britania, provincia en la que la unidad estuvo destinada durante el Principado<sup>66</sup>. Se trata del epitafio de *L. Vitellius Mantai f. Tancinus*, con un característico nombre ‘lusitano’<sup>67</sup>, que, sin embargo, se autodefine significativamente como *ciues* (!)<sup>68</sup> *Hisp(anus)*, al igual que su unidad, precisando además su *origo Caurie(n)sis*, localidad del territorio vetón correspondiente a la actual Coria<sup>69</sup>. De esta manera, para definirse en ese lugar alejado de su patria el neociudadano romano *Tancinus* acumulaba tres referentes: su ciudad de origen, *Caurium*, su pertenencia étnica deducible del nombre de la unidad y su condición de *Hispanus*.

Sin embargo, antes de extraer de este epígrafe conclusiones precipitadas, debe señalarse que de la misma zona de la Vetonia podría proceder, a juzgar por el nombre *Mantaus*, típico del Tajo medio y atestiguado también en Coria, como se ha visto<sup>70</sup>, el *eques* del *ala I Pannoniorum Ti. Claudius Mantai f. Cilius*, enterrado en *Phua* (Numidia) a mediados del siglo I d. E.<sup>71</sup>, que, a cambio, se proclama *Lusitanus*, en lo que sería el único caso comprobado, si efectivamente *Cilius* era vetón, en el que se precisa la *origo* con una referencia a la provincia. Hay constancia de otros dos casos en los que un auxiliar o un legionario reclutado en la provincia es caracterizado como *Lusitanus*<sup>72</sup>, sin embargo en ninguno de los dos casos puede precisarse si se trata de una referencia étnica o provincial por carecer ambos de *origo* y estar su nombre incompleto, caso del [---] *Seueri f.* atestiguado en un diploma militar de 154 d. E.<sup>73</sup>, o perdido, caso de los dos *Lusitani* del monumento dacio de Adam-Klissi<sup>74</sup>. Ahora bien, debe señalarse que en el caso del *eques* enterrado en *Phua* los indicios para precisar su origen son puramente onomásticos y que, de los dos nombres que exhibe, si bien *Mantaus* es característico del ámbito vetón, se encuentra atestiguado también en el extremo oriental del territorio lusitano<sup>75</sup>, mientras

<sup>65</sup> Roldán 1974 136-137.

<sup>66</sup> *CIL* VII 52; Le Roux 1982 193-194 núm. 81.

<sup>67</sup> *AALR* 315.

<sup>68</sup> Seguramente la palabra *ciuis* haga referencia a su condición de ciudadano romano, pues cuando murió había cumplido ya los veintiséis años de servicio preceptivos.

<sup>69</sup> En esta ciudad está atestiguada una dedicatoria a la divinidad *Arantius Tanginiciaecus* [al respecto. J. d’Encarnação 1975 98-101], de donde se ha inferido que *Tancinus* pertenecería a un grupo social dominante de su ciudad (Le Roux 1982 339), en cuyo hipotético caso el testimonio sería todavía más significativo.

<sup>70</sup> Es el nombre del padre de *Tancinus*. *AALR* 227, mapa 189; *AE* 1975 513.

<sup>71</sup> *CIL* VIII 6309; Le Roux 1982 190 núm. 70 parece sugerir una *origo* cauriense.

<sup>72</sup> Cf. *Epigraphische Datenbank Heidelberg*, en búsqueda realizada el 15 de marzo de 2008.

<sup>73</sup> *AE* 1957 66.

<sup>74</sup> *CIL* III 14214.

<sup>75</sup> *AALR* 226-227 mapa 189.



que *Cilius* es frecuente en un amplio territorio comprendido entre el Tajo y el Guadiana que abarca igualmente el solar lusitano<sup>76</sup>, por lo que no debe descartarse la posibilidad de que el término *Lusitanus* no se refiera a la provincia, sino que tenga carácter étnico, lo que en principio resulta más verosímil.

En cualquier caso, conviene subrayar que ambos casos son excepcionales pues en las inscripciones correspondientes a legionarios y auxiliares, desde una perspectiva identitaria, predomina ante todo el espíritu de cuerpo<sup>77</sup>, de manera que es la pertenencia a una determinada unidad militar la que asume el papel de referente principal, en muchos casos sin alusión alguna a la ciudad de procedencia o al origen étnico o geográfico, si bien es cierto que en el caso de las unidades auxiliares, al menos cuando coincide la designación con el origen étnico del soldado, éste queda implícito en aquélla. La segunda referencia en orden de frecuencia, como era de esperar, es la *ciuitas* de procedencia como se puede comprobar en un buen número de emeritenses<sup>78</sup> y en ciudadanos de *Olisipo*<sup>79</sup>, *Norba*<sup>80</sup>, *Pax Iulia*<sup>81</sup>, *Scallabis*<sup>82</sup> *Capera*<sup>83</sup>... en su mayoría legionarios, mientras que en el caso de los auxiliares, al menos hasta fines del siglo I d. E., predomina la indicación del domicilio<sup>84</sup>.

Frente a éstas, las referencias de otra índole son excepcionales y en el caso de los soldados reclutados en Hispania pueden reducirse prácticamente al dudoso ejemplo de *Cilius* al proclamarse *Lusitanus*. Más frecuentes, a cambio, son las referencias a Hispania: así, un legionario narbonense de la IIII Macedónica se presenta como *in Hispania miles*<sup>85</sup>, un italicense de la X Gémina se caracteriza como *ex Hispania* en su epitafio de la región de Aquileya<sup>86</sup>, un *equus* enterrado en *Larinum* se define como *Hispanus, domo Leonica*, ciudad del convento cesaraugustano<sup>87</sup>, un epitafio de las cercanías de Ferrara alude a un legionario *natione Hispano*<sup>88</sup> y, por no alargar esta lista, otro de *Thamugadi* en Numidia, a un veterano de Clunia, *Hispanus*, todos ellos datables entre mediados del siglo I y fines del II d. E. A cambio en el III d. E. se hacen más frecuentes las referencias provinciales, caso de un italicense *ex provincia Baetica* enterrado

<sup>76</sup> *AALR* 143 mapa 91.

<sup>77</sup> Así, Le Roux 1982 277-278.

<sup>78</sup> *CIL* II 1016; *AE* 1929, 187; Le Roux 1982 194 núm. 85; *CIL* II 5212, 4177; *EE* IX 1058, 1063, 1064; Le Roux 1982 222 núm. 177.

<sup>79</sup> *AE* 1953 268.

<sup>80</sup> *CIL* XIII 5975.

<sup>81</sup> *CIL* II 2425.

<sup>82</sup> *CIL* VIII 3812.

<sup>83</sup> *CIL* II 812.

<sup>84</sup> Le Roux 1982 189 ss.

<sup>85</sup> *CIL* XII 4336.

<sup>86</sup> *CIL* V 932.

<sup>87</sup> *CIL* IX 733.

<sup>88</sup> *AE* 1978 342.

en *Tarraco*<sup>89</sup> o de un legionario domiciliado en *Bracara Augusta ex Hispania Citeriore* sepultado en *Augusta Vindelicorum* (Raecia)<sup>90</sup>.

## 5. A modo de conclusión

Al término de estas rápidas observaciones resulta evidente que las preguntas que formulábamos más arriba difícilmente pueden ser respondidas de una manera terminante.

Respecto de la primera, a saber si la creación de la provincia Lusitania respondía más a la existencia de unos determinados vínculos entre las poblaciones comprendidas dentro de ella que a las necesidades administrativas de Roma, parece evidente que la constitución de Lusitania fue consecuencia ante todo de criterios estratégicos que, a la hora de definir sus límites, pesaron más, por ejemplo, que la afinidad cultural entre lusitanos o galaicos y propiciaron la segmentación entre dos provincias de pueblos como los Célticos o los Túrdulos. Al mismo tiempo la necesidad de contar dentro de la provincia con regiones más desarrolladas y dotadas de colonias y municipios para contrapesar la limitada urbanización y romanización de las tierras de lusitanos y vetones aconsejó englobar dentro de la provincia a las tierras situadas al sur del Tajo que, en muchos sentidos, tenían más en común con las vecinas regiones béticas que con las septentrionales, de suerte que la creación de la provincia difícilmente puede entenderse como consecuencia del reconocimiento de una homogeneidad cultural que contradicen los testimonios lingüísticos, onomásticos, religiosos, así como los relativos a las estructuras familiares o la cultura material.

En las tierras septentrionales el dominio romano parece haber contribuido a consolidar los referentes étnicos, sobre todo en lo que respecta a los Vetones y a los Lusitanos que son los únicos etnónimos que conservan plena vigencia durante el Principado en la provincia hasta el punto de servir como *origo* —si, en efecto, el *Cilius* de Phua era lusitano— y de marco de reclutamiento militar, o de mantenerse en la terminología administrativa —caso de los *procuratores prouinciae Lusitaniae et Vettoniae*—, al margen, naturalmente, de haber servido el de los lusitanos de epónimo para la provincia, vinculación evidente por mucho que Plinio se hiciera eco de sofisticadas etimologías eruditas, quizás atribuibles a Varrón, cuando explica las denominaciones de Lusitania e Hispania diciendo: *Lusum enim Liberi patris aut lyssam cum eo bacchantium nomen dedisse Lusitaniae et Pana praefectum eius uniuersae* (NH III 8), es decir “pues los misterios de Liber Pater o el delirio de las bacantes que le acompañaban dieron su nombre a Lusitania y Pan, su lugarteniente, a toda ella”. El recurso esporádico a la lengua ‘lusitana’ en la región para inscribir textos religiosos así como los testimonios onomásticos personales y divinos, entre otros, contribuyen a reforzar esta impresión, sin perder de vista las diferencias que, por ejemplo, en lo tocante a las estructuras familiares denota

<sup>89</sup> *CIL* II 4154.

<sup>90</sup> *AE* 1972 359.

la presencia en tierras vetonas de los nombres familiares característicos de la Celtiberia y desconocidos entre los lusitanos.

Sin embargo, más allá de los referentes étnicos y de la potente identidad cívica, que, al menos en lo que respecta a las inscripciones de militares se manifiesta sobre todo en ciudades privilegiadas más meridionales como *Emerita*, *Scallabis*, *Pax Iulia*, *Olisipo*, ..., la documentación existente no abona la posibilidad de la emergencia de una fuerte personalidad provincial, aun sin cuestionar que la pertenencia a la misma circunscripción pudiera generar vínculos comunes entre sus habitantes, pues, al igual que ocurrió con la Tarraconense y la Bética, contaba con un poderoso competidor en el referente que suponía Hispania y que, independientemente, de las múltiples diferencias existentes entre las comunidades peninsulares, sirvió desde época republicana<sup>91</sup> para identificarles dentro del mundo romano frente a galos, itálicos, griegos, africanos, sirios y demás comunidades culturales del imperio por encima de las divisiones provinciales, como queda claro en hechos como que habitualmente los autores clásicos, incluido Augusto<sup>92</sup>, hicieran referencia a las tres provincias conjuntamente con la designación de *Hispania* o *Hispaniae*<sup>93</sup>, que en la plástica las provincias no fueran representadas por separado, sino subsumidas en la figura alegórica de Hispania<sup>94</sup>, y que, por no alargar esta enumeración, Vespasiano concediera el derecho latino *uniuersae Hispaniae*<sup>95</sup>.

Así queda perfectamente plasmado en un pasaje del historiador Floro, coetáneo del ascenso al trono imperial de los hispanos Trajano y Adriano, al que su residencia en Tarraco otorga un valor especial (I 33, 3-4)<sup>96</sup>:

*Hispaniae numquam animus fuit adversum nos universae consurgere, numquam conferre vires suas libuit, neque aut imperium experiri aut libertatem tueri suam publice. Alioquin ita undique mari Pyrenaeoque vallata est, ut ingenio situs ne adiri quidem potuerit. Sed ante a Romanis obsessa est quam se ipsa cognosceret, et sola omnium provinciarum vires suas postquam victa est, intellexit.*

*Nunca concibió Hispania alzarse toda ella contra nosotros, nunca le resultó grato oponernos sus fuerzas ni tentar nuestro poderío o defender su propia libertad colectivamente. Por lo demás, queda tan cercada por todas partes por el mar y los Pirineos que por su situación natural nadie habría podido acercarse siquiera. Sin*

<sup>91</sup> Sea en las acuñaciones del siglo II a. E. con la leyenda *HISPANORVM* de Morgantina, K. T. Erim 1989 34 ss., sea en el bronce de Ascoli, *CIL* I<sup>2</sup> 709. Ver F. Beltrán Lloris (cit. n. 2).

<sup>92</sup> *RgdA* 25.

<sup>93</sup> Plin. *NH* III 30; 74; 102; XIV 149; Suet. *Tib.* 49; *Galb.* 12; etc.

<sup>94</sup> P. Biénkowsky 1900 24. Sobre la iconografía monetar, F. Beltrán Lloris 1975; las supuestas imágenes de la Hispania Ulterior y Citerior que aparecerían en las emisiones de Gneo Magno y M. Minacio Sabino de los años 46-45 a. E. y que serían los únicos ejemplos de representación no de Hispania, sino de una de sus provincias, son rechazadas como tales por M. H. Crawford 1974 480 núm. 470 que prefiere identificarlas como alegorías de *Corduba* y de otra ciudad hispana. Ver ahora F. Beltrán Lloris (cit. n. 2).

<sup>95</sup> Plin. *NH* III 30.

<sup>96</sup> Sobre la controvertida biografía de Floro y su particular vinculación con Hispania, véase G. Hinojo e I. Moreno 2000 11-19 y 61-68.

*embargo, quedó sitiada por los romanos antes de que se conociera a sí misma y fue la única de todas las provincias que tuvo conciencia de sus propias fuerzas después de haber sido vencida.* (trad. Hinojo y Moreno).

## Bibliografía

- J. M. Abascal (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia.
- J. M. Abascal (2006 [2009]), “Los tres viajes de Augusto y su relación con la promoción jurídica de las ciudades”, *Iberia* 9 63-78.
- J. Alarcão (1974), *Portugal romano*. Lisboa.
- M. L. Albertos (1975), “Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua”, *BSAA* 40-41 5-66.
- M. L. Albertos (1983), “Onomastique personnelle indigène de la Péninsule Ibérique sous la domination romaine”, *ANRW* II 29.2 853-892
- G. Alföldy (1969), *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den Spanischen Provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*. Wiesbaden.
- J. Álvarez Sanchís (1999), *Los Vettones*. Madrid.
- F. Beltrán Lloris (1975), “Las representaciones de Hispania en las monedas romanas”, *Miscelánea arqueológica Antonio Beltrán*. Zaragoza, 245-250.
- F. Beltrán Lloris (1994), “Plin. NH. 3. 13-14: ¿Beturia céltica o convento hispalense? Sobre la estructura de la descripción pliniana de la Bética”, in *III Congreso Peninsular de Historia Antigua*. Vitoria (*Preactas* II, pp. 413-426).
- F. Beltrán Lloris (2001-2002), “*Iuppiter Repulsor(ius)* y *Iuppiter Solutorius*: dos cultos provinciales de la Lusitania interior”, *Veleia* 18-19 117-128.
- F. Beltrán Lloris (2002), “Identidad cívica y adhesión al príncipe en las emisiones municipales hispanas”, in F. Marco, F. Pina y J. Remesal, eds., *Religión y propaganda política en el mundo romano*. Barcelona, 159-187.
- F. Beltrán Lloris (2004), “Nos Celtis genitos et ex Hiberis. Apuntes sobre las identidades colectivas en Celtiberia”, in Cruz Andreotti y Mora, eds., 91-92.
- F. Beltrán, F. Pina (1994), “Roma y los Pirineos: la formación de una frontera”, *Chiron* 24 103-133.
- F. Beltrán Lloris, J. Velaza (2009), “De etnias y monedas: las “cecas vasconas”, una revisión crítica”, in J. Andreu, ed., *Los vascones de las fuentes antiguas: en torno a una etnia de la antigüedad peninsular*. Barcelona, 99-126.
- L. Berrocal-Rangel (1992), *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid.
- P. Biéńkowski (1900), *De simulacris barbarorum gentium apud Romanos*. Krakau.
- A. Carneiro, J. d’Encarnação, J. de Oliveira y C. Teixeira (2008), “Uma inscrição votiva em língua lusitana”, *Palaeohispanica* 8, 167-178.
- M. H. Crawford (1974), *Roman Republican Coinage*. Cambridge.
- G. Cruz Andreotti y B. Mora, eds. (2004), *Identidades étnicas – Identidades políticas en el mundo prerromano hispano*. Málaga.
- G. Cruz Andreotti, M. V. García Quintela (2007). *Estrabón. Geografía de Iberia*. Madrid.
- E. Dench (2005), *Romulus’ asyllum. Roman Identities from the Age of Alexander to the Age of Hadrian*. Oxford.
- Die lusitanisch-galläkischen Kriegerstatuen* (2003). *Madriider Mitteilungen* 44.
- J. d’Encarnação (1975), *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa.
- T. Erim (1989), “The mint of Morgantina”, in Th. V. Buttrey, K. T. Erim, Th. D. Groves y R. R. Holloway, *The Coins. Morgantina Studies*. 2, Princeton.

- C. Fabião (1993), “O passado proto-histórico e romano”, in J Mattoso (ed.), *História de Portugal*. 1 79-299.
- G. D. Farney (2007), *Ethnic Identity and Aristocratic Competition in Republican Rome*. Cambridge.
- A. Giardina (2000), *L'Italia romana. Storie di un'identità incompiuta*. Roma – Bari.
- L. J. Gonçalves (2007), *Escultura romana em Portugal, uma arte do quotidiano*. Mérida.
- M. C. González (1986), *Las unidades organizativas indígenas del área indoeuropea de Hispania*. Vitoria / Gasteiz.
- J. Gorrochategui, J. M. Vallejo (2003), “La onomástica indígena”, *AALR* 359-399.
- E. S. Gruen (1992), *Culture and National Identity in Republican Rome*, Ithaca.
- J. M. Hall (1997), *Ethnic Identity in Greek Antiquity*. Cambridge.
- G. Hinojo e I. Moreno (2000), *Floro. Epítome de la historia de Tito Livio*. Madrid.
- J. Huskinson (2000), “Looking for identity, culture and power”, in J. Huskinson, ed., *Experiencing Rome, Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. London, 3-27.
- I. Kajanto (1965), *The Latin cognomina*. Helsinki / Helsingfors.
- R. Laurence y J. Berry, eds. (1998), *Cultural Identity in the Roman Empire*. London – New York.
- P. Le Roux (1982), *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris.
- B. Linke y M. Stemmler, eds. (2000), *Mos maiorum. Untersuchungen zu den Formen der Identitätsstiftung und Stabilisierung in der römischen Republik*. Stuttgart.
- R. López Melero (1988), “Viriatius Hispaniae Romulus”, *Espacio, Tiempo y Forma* 1 247-262.
- N. Loraux (1981), *L'invention d'Athènes: histoire de l'oraison funèbre dans la 'cité classique'*. Paris.
- B. Lörincz (2002), *Onomasticon provinciarum Europae Latinarum*. Wien.
- J.-M. V. Luce, ed. (2007), *Identités ethniques dans le monde grec antique*. Pallas. Toulouse.
- F. Marco (1999), “Divinidades indígenas en la Hispania indoeuropea”, *Veleia* 16 33-49.
- R. Miles (1999), *Constructing Identities in Late Antiquity*. London - New York.
- Chr. Müller, F. Prost, eds. (2002), *Identités et cultures dans le monde méditerranéen Antique*. Paris.
- M. Ojeda (1993), *El servicio administrativo imperial ecuestre en la Hispania romana durante el Alto Imperio. I. Prosopografía*. Sevilla.
- G. Pereira (1984), “La formación histórica de los pueblos del Norte de Hispania: El caso de Gallaecia como paradigma”, *Veleia* 1 271-288.
- G. Pereira (1978), “Caeleo Cadroiolonis f. Cilenus > Berisamo et al. Centuria or castellum. A discussion”, *HA* 8 271-280.
- L. Pérez Vilatela (2000), “De la Lusitania independiente a la creación de la provincia”, in J.-G. Gorges y T. Nogales, eds., *Sociedad y cultura en Lusitania romana*. Mérida, 73-84.
- F. Pina (2004a), “Die nützliche Erinnerung: Geschichtschreibung, *mos maiorum* und die römische Identität”, *Historia* 53 147-172.
- F. Pina (2004b), “Deportaciones como castigo e instrumento de colonización durante la República romana. El caso de Hispania”, in F. Marco, F. Pina y J. Remesal, eds., *Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el mundo antiguo*. Barcelona, 211-229.
- B. M. Prósper (2002), *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca.
- J. M. Roldán (1974), *Hispania y el ejército romano*. Salamanca.
- J. González Rincón (1994), “Cohors V Baetica”, *Habis* 25 179-188.

- M. Salinas y J. Edmonson (2003), “La provincia de Lusitania”, in M. Navarro, J.-P. Bost, J. L. Ramírez y M. Salinas (eds.), *Atlas antroponímico de la Lusitania romana* (= *AALR*), Mérida - Burdeos.
- M. Salinas y J. J. Palao (2003), “Estructuras familiares en el medio indígena”, *AALR* 401-406.
- M. Salinas (2001), *Los Vettones: indigenismo y romanización en el occidente de la Meseta*. Salamanca.
- J. C. Saquete (1997), *Las elites sociales de Augusta Emerita*. Mérida.
- A. C. F. da Silva (2001), “Los pueblos lusitano-galaicos”, in *Celtas y Vettones*. Ávila
- P. P. Spranger (1960), “Die Namengebung der römischen Provinz Hispania”, *MM* 1 122-141.
- J. Untermann (1965), *Elementos de un atlas antroponímico de la Península Ibérica*. Madrid.
- J. Untermann (1997), *Monumenta linguarum Hispanicarum. IV*. Wiesbaden.
- J. M. Vallejo (2005), *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria - Gasteiz.
- F. Villar y R. Pedrero (2001), “Arroyo de la Luz III”, *Palaeohispanica* 1, 235-274.
- F. W. Walbank (1972), “Nationality as a factor in Roman history”, *HSPH* 76 145-168.